

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JENIFFER GONÇALVES

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
NO BRASIL APÓS 1980

Florianópolis, 2014

JENIFFER GONÇALVES

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
NO BRASIL APÓS 1980

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Arend

Florianópolis, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à aluna Jeniffer Gonçalves na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Arend
(Orientador)

Prof. Dr. Guilherme Valle Moura
(Membro da banca)

Prof. Dr. Roberto Meurer
(Membro da banca)

*Aos maiores amores da minha vida, meus pais,
Ceci e Jandir.*

AGRADECIMENTOS

Durante toda minha vida convivi com pessoas maravilhosas que se colocaram à disposição para me ajudar, independentemente da situação. Durante minha fase na Universidade não foi diferente. Portanto, neste momento, cabe agradecer às pessoas que contribuíram para minha formação acadêmica.

Agradeço primeiramente a minha família, meus pais, Cleci F. Toniolli Gonçalves e Jandir A. Gonçalves, pelo seu amor, amizade, carinho e por nunca terem medido esforços em relação aos meus estudos, em especial nos últimos quatro anos e meio, podem ter certeza de que nada foi em vão. Ao meu irmão, Jonathan, por sempre estar ao meu lado nos momentos felizes e nos tristes, ao nono Avelino e a nona Domingas, por cuidarem de mim durante boa parte da minha vida.

Não poderia deixar de agradecer a Laiz Parpinelle, por todo apoio moral, pelas conversas profundas e por compartilhar das minhas loucuras, que mesmo longe fez com que os meus anos na universidade fossem melhores. A Adriane Merten, pela amizade e companhia durante todo o curso, pela ilustre presença em meus almoços e jantares (sete dias por semana) no R.U. e pela força, principalmente, na revisão deste trabalho. As minhas colegas (irmãs) de apartamento, Janaína e Suelem, por se tornarem minha nova família e encheram de alegria meus últimos três anos. E a todos os meus amigos e amigas que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação, não posso citar todos os nomes, pois a lista seria imensa e eu ainda correria o risco de esquecer alguém.

Agradeço aos Professores e Professoras do Departamento de Economia e Relações Internacionais que foram essenciais na minha formação. E um agradecimento especial ao meu orientador, Marcelo Arend, por toda sua paciência, serenidade e auxílio na elaboração deste trabalho.

Por fim, não menos importante, agradeço a UFSC pelas refeições diárias no R.U., pela “salinha do silêncio” da B.U, por toda sua estrutura que me possibilitou uma vida universitária feliz.

RESUMO

O presente estudo faz uma análise descritiva do investimento direto estrangeiro (IDE) no desenvolvimento industrial brasileiro focando-se no período após 1980. O objetivo foi identificar como se deu a participação do IDE na indústria. Para atingir o objetivo, utilizou-se um referencial teórico com base nas teorias do desenvolvimento, da estagnação, da dependência, e “Chutando a Escada”, para assim, identificar os entraves do desenvolvimento econômico e as principais correntes teóricas que abordam os determinantes do investimento direto estrangeiro. Posteriormente, foi apresentada uma revisão histórica do ingresso de capital estrangeiro no Brasil, com início no segundo Governo Vargas até o final da década de 1970, identificando as principais políticas econômicas que incentivaram ou restringiram esses fluxos. Por fim, foram apresentadas as mudanças mais importantes ocorridas após 1980 nos fluxos mundiais e na concentração setorial de IDE. Verificou-se, então, que após 1980 os fluxos de IDE convergiram para o setor de serviços e que a indústria brasileira entrou em processo de especialização regressiva.

Palavras-chave: Investimento direto estrangeiro; desenvolvimento indústria; dependência.

ABSTRACT

The present study analyzes descriptively the foreign direct investment (FDI) in Brazil's industrial development after 1980. The objective was to identify how FDI engaged in the industry. In order to reach that goal, the study used a theoretical framework based on theories of development, stagnation, dependency, and "Kicking Away the Ladder", to identify obstacles to economic development and the major theoretical perspectives that tackle the determinants of foreign direct investment. Subsequently, a historical review was presented, concerning the inflow of foreign capital in Brazil, starting in the second Vargas government until the late 1970s, identifying key economic policies that encouraged or restricted such flows. Finally, the most important changes since 1980 in global flows and sectorial concentration of FDI were explored. It was possible to verify, then, that after 1980 FDI flows converged on the service sector and the Brazilian industry has entered a regressive specialization process.

Keywords: Foreign direct investment; industrial development; dependency.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Investimento Direto Estrangeiro via Instrução 113 como Percentual do PIB Industrial (1955-1963) – em US\$ Milhões.....	31
Tabela 2 – Brasil: Importação (FOB) (1955-1963) – em US\$ Milhões.....	32
Tabela 3 – Brasil: Setores de destino dos Investimentos Diretos Estrangeiros via Instrução 113	33
Tabela 4 – Brasil: Indicadores Econômicos Seleccionados (1947-1964).....	34
Tabela 5 – Brasil: Indicadores Econômicos seleccionados (1965-1979).....	39
Tabela 6 – Brasil: Relação F&A/IDE (1990-2001) – em %.....	54
Tabela 7 – Fluxo de comércio exterior das Empresas Estrangeiras (EE) e das Empresas Nacionais (EM) nas 500 maiores empresas da Economia Brasileira – em US\$ Milhões	55
Tabela 8 – Brasil: estoque de IDE por setor de atividade – em US\$ Milhões	56
Tabela 9 – Países seleccionados: Participação da Indústria de Transformação no PIB – em %	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Formas de Entrada de IDE (1947-1964) – em US\$ Milhões.....	30
Gráfico 2 – Brasil: Evolução da Dívida Externa (1947-1964) – em US\$ Milhões	34
Gráfico 3 – Brasil: Formas de Entrada de IDE (1965-1985) – em US\$ Milhões.....	41
Gráfico 4 – Brasil: Saldo da Balança Comercial (1970-2000) – em US\$ Bilhões.....	46
Gráfico 5 – Distribuição dos Fluxos de IDE (1970-2012) – % do Fluxo Total	48
Gráfico 6 – Países selecionados: Fluxo de IDE (1970-2013) – % Fluxo Total.....	48
Gráfico 7 – Brasil: Formas de Entrada de IDE (1980-1995) – em US\$ Milhões.....	52
Gráfico 8 – Brasil: Indústria de Transformação e Setor de Serviços (1980-1995) – % PIB....	53
Gráfico 9 – Brasil: Distribuição do Estoque de IDE por Atividade Econômica do Setor de Serviços – 1995, 2000, 2005 e 2010 – em % Total Serviços	57
Gráfico 10 – Brasil: Distribuição do Estoque de IDE por Atividade Econômica do Setor Industrial – 1995, 2000, 2005 e 2010 – em % Total Indústria	59
Gráfico 11 – Brasil: Indústria de Transformação – em % PIB.....	62
Gráfico 12 – Brasil: Relação entre o Ingresso de IDE na Indústria e a Participação da Indústria de Transformação no PIB – em %	63
Gráfico 13 – Brasil: Ingresso de IDE na Indústria Vs. Participação da Indústria de Transformação no PIB (1980-1995) e (1996-2012)	64
Gráfico 14 – Brasil: Coeficiente de Importação e produção da Indústria de Bens de Capital (1980-2004) – em %	65
Gráfico 15 – Brasil: Formas de Entrada de IDE (1993-2013) – em Milhões de US\$.....	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETIVOS.....	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos Específicos	10
1.2 JUSTIFICATIVA	10
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	11
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CAPITAL ESTRANGEIRO	13
2.1 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO	13
2.1.1 Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro	14
2.2 DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	16
2.2.1 Pensamento Cepalino	17
2.2.2 Teoria da Dependência	20
2.2.3 Chutando a escada	22
3 IMPORTÂNCIA DO CAPITAL ESTRANGEIRO ENTRE 1950 E 1980.....	26
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO	27
3.2 INSTRUÇÃO 113 E O PLANO DE METAS.....	29
3.3 ECONOMIA PÓS-PLANO DE METAS.....	35
3.4 CRESCIMENTO COM ENDIVIDAMENTO	37
3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA	40
4 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL APÓS 1980.....	43
4.1 A DÉCADA PERDIDA	44
4.2 REORIENTAÇÃO MUNDIAL DOS FLUXOS DE IDE.....	47
4.3 CONCENTRAÇÃO SETORIAL DE IDE	51
4.3.1 Internacionalização Assimétrica.....	54
4.4 ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA.....	61
4.5 SÍNTESE CONCLUSIVA	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE	76

1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada por grandes contradições no processo de desenvolvimento industrial no Brasil. Nos primeiros 30 anos o país conseguiu um importante emparelhamento industrial com os países centrais, principalmente após o Plano de Metas no Governo de Juscelino Kubitschek, instaurando um período de industrialização pesada, potencializada pelo “dinheiro ocioso” decorrente da última fase da quarta onda de revolução tecnológica, o paradigma metalomecânico-químico (AREND, 2012). Além da liquidez internacional, o governo fez investimentos diretos na indústria e também teve elevada internalização de indústrias estrangeiras, principalmente no setor automobilístico, caracterizando o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Neste período de alta liquidez financeira internacional, ocorreu o que ficou conhecido como o “milagre econômico” brasileiro, devido ao grande efeito de alavancagem do desenvolvimento industrial para o Brasil.

O IDE era a principal condição da continuidade do desenvolvimento econômico no Brasil nesse período, vinculando as economias periféricas às economias centrais através de investimentos industriais (CARDOSO; FALETTO, 1984). Mas o surgimento de um novo paradigma tecnoeconômico, o microeletrônico, nas economias centrais nos anos 1970, gerou incertezas no que diz respeito à continuidade do progresso tecnológico nos países em desenvolvimento, isso porque a transição de um paradigma tecnoeconômico para outro resulta de uma revolução tecnológica. Assim, se por um lado, um novo paradigma pode representar a possibilidade dos países atrasados entrarem nessa nova onda de desenvolvimento através das janelas de oportunidade que se abrem, por outro, pode interromper o processo de desenvolvimento da periferia, já que o capital financeiro passa a concentra-se nos centros dinâmicos da revolução, e foi esse segundo resultado que recaiu sobre o Brasil (AREND, 2012).

Dessa forma, os anos 1980 foram de grandes mudanças para a economia, o dinheiro que antes estava ocioso e alimentava a indústria nacional, após a revolução tecnológica passou a ser utilizado pelos próprios países desenvolvidos para se reestruturarem tecnológica e produtivamente, e os países periféricos que estavam conseguindo um emparelhamento, mesmo que tardio, passaram a entrar em um processo de retração, não conseguindo manter o mesmo nível de desenvolvimento industrial, e menos ainda, embarcar nesse novo paradigma.

Partindo dessa problemática, este trabalho se propõe a buscar a resposta para a seguinte questão: como se deu a participação do IDE na indústria brasileira, em especial, após

1980? Dado que, em meados dos anos 1990, o IDE voltou a atrelar-se a economia nacional, mas, ao que tudo indica, esse novo atrelamento não trouxe reestruturação e crescimento como no passado.

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho se dividem entre objetivo geral e objetivos específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o desenvolvimento do setor industrial brasileiro relacionando com o ingresso de Investimento Direto Estrangeiro após 1980.

1.1.2 Objetivos Específicos

- I. Analisar as teorias relacionadas ao Investimento Direto Estrangeiro no Brasil;
- II. Apresentar a importância do capital estrangeiro para as indústrias brasileiras no período entre 1950 e 1980;
- III. Apresentar a dinâmica de fluxos/estoques de capital estrangeiro após 1980, buscando identificar quais setores da economia nacional foram mais favorecidos;
- IV. Analisar, com base nos resultados dos objetos anteriores, a dependência brasileira do capital estrangeiro para industrialização, assim como sua causa.

1.2 JUSTIFICATIVA

Para um país alcançar o desenvolvimento econômico, ele precisa ter a “capacidade de incorporação de progresso técnico à produção” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.2). Os países chamados de “primeiro mundo” conseguiram esse título passando por um longo processo de desenvolvimento de suas bases produtivas, buscando sempre internalizar com excelência cada paradigma tecnoeconômico.

Assim, não há dúvida da importância do estudo da industrialização brasileira, pois o país, apesar de considerado como “em desenvolvimento”, está muito longe de alcançar o patamar industrial dos países desenvolvidos. Identificar os problemas que impedem o desenvolvimento tecnológico brasileiro, pode contribuir para políticas de estratégias econômicas eficientes e de maior eficácia para o setor, contribuindo assim, para o desenvolvimento econômico brasileiro.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2002), uma pesquisa se desenvolve mediante a utilização cuidadosa de métodos científicos. A escolha do melhor método a ser utilizado em uma pesquisa dependerá do que se busca analisar, ou seja, dependerá do objetivo geral do trabalho. Para o autor, a pesquisa descritiva tem como um de seus principais objetivos estabelecer relações entre variáveis, assim, como o principal objetivo deste trabalho é analisar o Investimento Direto Estrangeiro no Brasil relacionando com desenvolvimento do setor industrial, uma análise descritiva será fundamental para entender *como* se dá essa relação.

Além de descrever a relação entre as variáveis em estudo, esse trabalho busca identificar os seus fatores determinantes, portanto foi utilizada como método complementar à pesquisa descritiva, a pesquisa explicativa, a qual tem como objetivo principal contribuir com a análise dos resultados da pesquisa descritiva (GIL, 2002).

Cada objetivo específico do presente trabalho será explanado em capítulos diferentes, valendo-se principalmente de pesquisa bibliográfica e documental. Segue abaixo a metodologia empregada para o desenvolvimento de cada um desses objetivos.

O primeiro objetivo foi alcançado através da leitura de materiais bibliográficos como artigos, dissertações, teses, e outros documentos que trazem as principais teorias sobre os determinantes do IDE, assim como sobre dependência e desenvolvimento econômico. Utilizando como base os trabalhos de Hymer, Buckley e Casson, Dunning, Vernon e Cantwell, abordados detalhadamente em Nonnenberg e Mendonça (2005) para explicar os determinantes do investimento direto estrangeiro, e para as teorias de dependência e desenvolvimento econômico, são utilizadas obras de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Ha-Joon Chang.

O segundo objetivo específico demandou leitura de materiais bibliográficos que apresentam o histórico teórico do IDE no Brasil desde a Era Vargas até a ditadura militar,

com o intuito de esclarecer como o IDE atuou em cada fase importante da história do Brasil no período determinado. Os principais autores que contribuíram para desenvolver esse objetivo foram Maria da Conceição Tavares, Lídia Goldenstein, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Ana Cláudia Caputo e Marcelo Arend. Também foram utilizados os bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BACEN), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)¹, para coleta e análise de dados referentes à entrada de IDE, havendo possíveis limitações na obtenção de alguns dados, por se tratar de um período remoto.

O terceiro objetivo específico buscou estudar o período após 1980, o material utilizado trata-se sobre as reformas neoliberais que marcaram o período, com intenção de mostrar qual a influência que essa política teve na indústria e no IDE, e como estes se relacionam. Os principais autores que fizeram com que esse objetivo fosse solvido são: Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ricardo Carneiro, Lídia Goldenstein, Marcelo Curado, Marcio Cruz, Mariano Laplane e Fernando Sarti. Assim como para o objetivo anterior, foram utilizados dados do histórico de IDE, da indústria e de outros indicadores econômicos para fazer análises comparativas com a teoria, tendo como fonte as bases de dados do IBGE, BACEN, UNCTAD, IPEA e do Banco Mundial. Por fim, foram feitas análises de correlação entre o IDE direcionado para o setor industrial e a participação desse setor no PIB para os períodos 1980-1995 e 1996-2012, mostrando as mudanças ocorridas na relação entre essas duas variáveis após 1980.

O quarto, e último, objetivo específico destaca os resultados dos objetivos anteriores na composição das considerações finais sobre o trabalho.

¹ Sigla do termo em inglês: United Nations Conference on Trade and Development.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CAPITAL ESTRANGEIRO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as economias avançadas entraram em um processo de expansão econômica jamais visto até então. As economias periféricas, por outro lado, não se beneficiaram diretamente desse processo, mas foram, segundo Costa (2008, p.1), “atingidas pelo processo de transnacionalização das grandes empresas” situadas nas economias centrais.

Após 1950 o Brasil se tornou um dos principais destinos do aporte de capitais estrangeiros, passando a provocar importantes mudanças na estrutura produtiva nacional. Diante da importância que esse fato tem para o desenvolvimento econômico do Brasil, esse capítulo destina-se a explicar quais razões determinam os investimentos diretos em outro país, tais teorias serão abordadas na Seção 2.1, logo após uma rápida definição de investimento estrangeiro direto. Em seguida, na Seção 2.2, serão apresentadas as teorias relacionadas ao desenvolvimento econômico na América Latina, com destaque para o Brasil. Mostrando, por diferentes abordagens teóricas, como o capital estrangeiro pode afetar uma economia em desenvolvimento.

2.1 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Os investimentos estrangeiros podem ser classificados em investimentos de carteira ou em investimentos diretos. Os investimentos diretos estrangeiros (IDE) correspondem à participação das ações ordinárias, ou de direito a voto, igual ou superior a 10%, tanto em empresas já existentes quando na criação de novas empresas por investidores com sede em outro país. Os investimentos estrangeiros em carteira representam os fluxos de capital, vindos do exterior, que não são direcionados com objetivo de obter controle operacional da empresa receptora, isto é, investimentos estrangeiros inferiores a 10% das ações de uma empresa (RECEITA FEDERAL, s/d).

Por seu caráter de longo prazo, o IDE contribui com o aumento da capacidade de produção do país receptor. No entanto, os estudos sobre IDE geram posicionamentos contraditórios sobre seus benefícios. Se por um lado, ao gerar fluxos de financiamento para o país receptor, cria um efeito favorável para essa economia (o país passa a ter artigos e tecnologias que não seria possível sem esses investimentos), por outro, “o país que recebe tal aporte de recursos, todavia, passa a ter obrigações, junto ao exterior, em moeda forte, em

razão da remessa de lucros e dividendos das atividades das empresas transnacionais (um efeito negativo)” (RODRIGUES, 2006, p. 1).

Mesmo para o investidor, o IDE caracteriza um investimento de risco, pois o tempo de retorno tende a ser longo, já que a maturação dos empreendimentos produtivos constituídos no país receptor tende a ser tão indefinida quanto a sobrevivência de uma empresa.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial o Brasil se mostrou um importante receptor de IDE, o que possibilitou um considerável avanço no setor industrial. Por ter esse papel fundamental para o país hospedeiro, principalmente nos ciclos de expansão, e por se tratar de um investimento de risco para o investidor, se faz necessário entender como se dá essa preferência de uma empresa por realizar investimentos em outro país. Assim, a próxima subseção apresenta uma breve revisão das teorias sobre os determinantes do investimento direto estrangeiro.

2.1.1 Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro

Esta seção se destina a uma breve revisão das principais correntes teóricas sobre os determinantes do IDE. Nonnenberg e Mendonça (2005) fazem uma revisão mais ampla sobre essa questão. Segundo os autores, um dos primeiros teóricos a apresentar estudos do investimento direto estrangeiro foi Ohlin (1971), para o qual, o IDE era motivado pela diferenciação das taxas de juros entre os países, assim como ultrapassar as barreiras comerciais e assegurar fontes de matérias-primas. A partir das conclusões de Ohlin, vários outros autores buscaram compreender melhor como os investimentos diretos estrangeiros são determinados. Nonnenberg e Mendonça (2005) apontam o que consideram como as cinco principais correntes sobre o assunto, as quais serão apresentadas a seguir.

A primeira corrente apresentada é a de Hymer (1976), segundo o qual, para uma empresa multinacional atender ao mercado externo por meio de investimento direto ela precisa ter alguma vantagem compensatória para concorrer com empresas locais, que têm conhecimento amplo do mercado e do ambiente local, caso não houvesse essas vantagens, então a multinacional atenderia a esse mercado por meio de exportações. Essas vantagens seriam, por exemplo, a detenção de produtos diferenciados, o acesso a conhecimento patenteadado ou próprio, acesso facilitado ao capital ou a diferença de capacitação. As multinacionais também poderiam ser favorecidas por economias de escala interna ou externa,

e ainda terem a seu favor as intervenções governamentais, como no caso das restrições às importações.

Uma segunda corrente de estudos apresentada por Nonnenberg e Mendonça (2005), relacionada aos determinantes do IDE, teria origem nos trabalhos de Buckley e Casson (1976 e 1981). Segundo esses autores, a administração quando feita por empresas diferentes apresenta elevados custos de transação, pois ativos intangíveis – patentes, marcas, capacidade de inovação, etc. – têm custo de transferência elevado, então a integração dos mercados por meio de empresas multinacionais minimizaria esses custos.

A terceira linha teórica estaria relacionada aos trabalhos de John Dunning (1993) que desenvolveu o chamado modelo eclético² para a teoria da produção internacional, conhecida pelas vantagens relacionadas à Propriedade, Localização e Internalização - OLI³. A Vantagem de Propriedade consiste em estar em propriedade privilegiada, em relação às empresas domésticas, de ativos disponíveis apenas para empresas daquela nacionalidade. Enquanto a Vantagem de Localização representa os incentivos que uma empresa teria para investir em determinado país, como por exemplo: recursos naturais, estabilidade econômica e política, mercado consumidor potencial, ou seja, quanto maior foi a atração para as empresas investirem em determinado local e explorarem suas vantagens de propriedade. A Vantagem de Internalização aparece quando a empresa decidir internalizar sua vantagem de propriedade em vez de vendê-la.

Segundo Moraes (2003) o Modelo de Dunning decorre da existência simultânea desses três fatores. As vantagens de propriedade e de internalização são específicas da empresa, e a vantagem de localização é específica do país.

Se existir apenas o primeiro fator [Propriedade], existirá apenas exportação, licença ou a venda de patentes para o país hospedeiro. A existência dos fatores (1) [Propriedade] e (3) [Internalização] constitui a condição necessária para a realização do IDE, porém ainda não suficiente: só ocorrerá o IDE com a presença das vantagens locais específicas do país. (MORAES, 2003, p.27).

Dunning (1993) apresentou quatro razões para uma empresa investir no exterior, que consistiriam na busca por recursos, mercados, eficiência e por ativos estratégicos. Segundo o autor, a busca por ativos estratégicos tem sido crescente, ocasionando alterações na natureza do fator locacional.

² Dunning utiliza o termo “eclético” por abranger várias teorias concorrentes para explicar as atividades das empresas transnacionais

³ Sigla do termo em inglês Ownership, Location, Internalization.

A quarta corrente de estudos apresentada por Nonnenberg e Mendonça (2005), se refere ao modelo de ciclo de produto de Vernon (1966). Tal modelo sugere que as inovações tecnológicas surgem primeiramente nos países mais intensivos em capital, pois as inovações em classes de produtos industriais de alta tecnologia têm função de produção poupadora de mão-de-obra. Aos poucos a produção vai sendo transferida para países menos intensivos em capital, até chegar aos países em desenvolvimento. Quando a produção chega aos países em desenvolvimento, os países mais ricos estão passando por inovações de produtos e processos. Assim, primeiramente, as empresas atendem aos mercados por meio de exportações, para depois estabelecer uma subsidiária e começar a produzir no mercado de destino.

A quinta corrente teórica sobre os determinantes do IDE apresentada por Nonnenberg e Mendonça (2005) trata-se dos trabalhos de Cantwell (resumidos em Cantwell, 2000). Tal teoria parte do princípio de que a tecnologia não é transferida sem custo, de forma que cada empresa desenvolve seu conhecimento e suas capacitações de forma diferenciada, assim, a internacionalização permite que o conhecimento e o potencial inovador sejam utilizados em outros ambientes, incrementando as vantagens específicas. Para essa linha teórica, ao contrário da corrente liderada por Hymer, o que determinaria a internacionalização da produção seria a maior concorrência tecnológica.

Após essa breve explanação das principais teorias sobre os determinantes do IDE, cabe apresentar as correntes teóricas que abordam as consequências dos investimentos diretos do ponto de vista do país receptor.

2.2 DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O cenário internacional apresentado após a Segunda Guerra Mundial era de um ambiente favorável ao desenvolvimento da indústria e do comércio entre os países. Nesse contexto, surgiram algumas teorias sobre as relações entre a periferia e os países centrais para explicar a natureza do processo de industrialização, em especial na América Latina. Um dos principais teóricos que estudou o desenvolvimento econômico latino-americano foi Raúl Prebisch, e suas teorias do desenvolvimento foram de grande influência no Brasil. Em 1949, Prebisch entra para a CEPAL, a qual tinha o objetivo de buscar “na história latino-americana, soluções que conjugassem a soberania das nações periféricas e a apropriação dos avanços nas técnicas de produção, obtidos pelas economias centrais” (RODRIGUES, 2006, p. 2).

Segundo Prebisch (2000a), a premissa de que a divisão internacional do trabalho resultaria nas vantagens econômicas com repartição igualitária do progresso técnico entre toda a coletividade, só seria válida enquanto essa coletividade fosse composta por países centrais, mas ao inserir os países periféricos “essa generalização encobre um grave erro”, já que os países periféricos não terão incentivos para industrializar-se, “pelo contrário, sua menor eficiência fá-los-ia perder irremissivelmente as vantagens clássicas de intercâmbio” (PREBISCH, 2000a, p. 71-72).

Celso Furtado (1966), também ligado ao ideário cepalino, passou a considerar, quando a teoria do desenvolvimento começou a apresentar sinais de fraqueza, a impossibilidade de desenvolvimento econômico em situação de dependência, sustentando a teoria da estagnação econômica. No entanto, os países periféricos não tiveram um desenvolvimento capitalista nos mesmos moldes das economias centrais, com isso uma nova teoria foi ganhando espaço, a Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1984). Para esses autores o desenvolvimento nas economias periféricas não se daria apenas com a instalação de uma base industrial, mas com uma industrialização associada ao capital estrangeiro.

Mas o receituário neoliberal internalizado na teoria da dependência, também não obteve os resultados prometidos, assim, no início dos anos 2000, Ha-Joon Chang, professor de economia da Universidade de Cambridge, publica o livro “Chutando a Escada”, retratando a forma como os países ricos de desenvolveram, e as políticas econômicas que estes mesmos países sugerem às nações atualmente em desenvolvimento.

2.2.1 Pensamento Cepalino

A CEPAL tinha como objetivo fundar uma base industrial que possibilitasse o ingresso das economias latino-americanas no processo de desenvolvimento econômico. Para Prebisch (2000a), “a industrialização na América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária”, pois para importar bens de capital é necessário exportar produtos primários, mas é de extrema necessidade “saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico”. E é essa necessidade que acaba tornando-se o grande contratempo ao desenvolvimento econômico da América Latina e, conseqüentemente, o principal foco de estudos da CEPAL (PREBISCH, 2000a, p 73).

Segundo Prebisch, os benefícios do progresso técnico nos países centrais não transbordavam igualmente para a periferia, pelo contrário, acabavam levando os países especializados na produção primária a uma tendência de deterioração dos termos de troca. Isso porque, ao invés de os preços caírem com o aumento da produtividade causada pelo progresso técnico, acabam aumentando em relação à produção primária, ou seja, à periferia. Assim, eram necessários cada vez mais produtos primários para poder efetuar as importações, resultando em desequilíbrios na balança comercial.

Os teóricos da CEPAL eram bastante otimistas em relação à industrialização por substituição de importação. Prebisch (2000a) aponta que o desenvolvimento econômico da América Latina depende, em grande medida, da poupança presente. Assim, a acumulação de capital permitiria que um país pudesse realizar grande parte das inversões industriais mediante seu próprio esforço. Segundo esse autor, para aumentar a poupança presente em um país, precisa-se aumentar a renda média, a qual só poderia ser alcançada através de: i) aumento da produtividade e ii) dado esse aumento de produtividade, deveria aumentar a renda por homem na produção primária, no intuito de reduzir o hiato com relação aos países industriais.

O desenvolvimento tecnológico por si já aumentaria a produção por pessoa, então, dado esse fato, poder-se-ia realocar as pessoas em atividades que pudessem contribuir para esse progresso técnico. Outro caminho para aumentar a produtividade, seria aumentar a remuneração dos trabalhadores, pois, para o autor, na medida em que se aumenta a remuneração real, as pessoas tendem a migrar para a atividade industrial e, conseqüentemente, a produtividade é aumentada.

Dessa forma, reduzir o coeficiente de importação, restringindo artigos não essenciais em favor dos bens de capital, seria indispensável para avançar na industrialização. Isso significa restringir as importações a produtos que poderiam ser pagos com as exportações, e caso as exportações cresçam, as restrições podem ser reduzidas relativamente.

Já nos anos 1960, no entanto, começaram a surgir indícios de que a industrialização não seria capaz de absorver a mão-de-obra e nem de aumentar a produtividade, como havia sugerido a teoria cepalina. A partir de então começou a se desenvolver um pensamento pessimista em relação a industrialização, Prebisch (2000b, p.468) passa a considerar que se não houvesse uma redistribuição de renda, o desenvolvimento industrial seria incapaz de absorver a mão-de-obra, haveria assim uma “insuficiência dinâmica” gerada pelo “desequilíbrio entre produtividade e investimento”.

É fato que o aumento da renda proveniente do incremento da produtividade gera uma capacidade maior de poupança. Mas o capital requerido para absorver a mão-

de-obra redundante – provocada por aumento da produtividade – é superior à poupança obtível de imediato, e somente com o tempo será exigida pelo aumento da produtividade e a maior capacidade de poupança que esta traz consigo. (PREBISCH, 2000b, p.468).

A partir dessa ideia, Furtado (1966) conduz a teoria da estagnação econômica no longo prazo, segundo a qual, o aumento da escala de produção das indústrias internalizadas, reduzia o emprego de mão-de-obra ao passo que demandava cada vez mais mercado consumidor. Assim, a falta de um amplo mercado consumidor resultaria na queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, na redução da produção, ou seja, uma tendência à estagnação.

Posteriormente, Furtado passou a analisar o desenvolvimento dos países principalmente a partir da ótica das inovações tecnológicas, diferenciando, assim, o processo de desenvolvimento da economia autônoma e da dependente. Para Furtado (1968), nas economias autônomas, o progresso tecnológico proporciona modificações estruturais, enquanto que nas economias dependentes, são as mudanças estruturais que criam o progresso tecnológico.

Em Furtado (1978, *apud* SAWAYA, 2008), as inovações tecnológicas geravam um novo tipo de dependência para os países periféricos, essa nova dependência estava ligada aos componentes culturais.

A estrutura industrial criada por substituição de importação, com tecnologia importada, baseava-se na produção de bens de consumo de elite, implicando uma forte concentração de renda. A industrialização da periferia teria entregado a dinâmica industrial a grupos transnacionais. Simplesmente transplantou estruturas produtivas e tecnologias modernas criadas no centro para a periferia sem gerar mecanismos de apropriação sobre essa tecnologia, sem recriar internamente a lógica central do que denomina [...] “civilização industrial”, fundada em uma relação amalgamada entre cultura, criatividade e tecnologia. (SAWAYA, 2008, p.328).

Por “civilização industrial” entende-se a relação entre a grande empresa, a organização social e o Estado Nacional. A primeira é responsável pelo controle sobre os mercados e pelo poder econômico, a segunda, seriam os trabalhadores organizados em sindicatos que lutam pela distribuição dos frutos do desenvolvimento tecnológico e aumento da produtividade, e o Estado Nacional é responsável pela coordenação dessas duas forças antagônicas, assim, para Furtado (1978) o desenvolvimento é o caminho para a “civilização industrial” (SAWAYA, 2008).

Como pôde ser visto, o pensamento cepalino apresentado através das teorias de Prebisch e Furtado, foi sofrendo mutações conforme o processo de industrialização ia se desenvolvendo e suas teorias não iam confirmando-se. Dessa forma foram surgindo novas

teorias sobre o processo de industrialização da América Latina, a Teoria da Dependência elaborada por Cardoso e Faletto (1984) ganhou bastante destaque.

2.2.2 Teoria da Dependência

No livro “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”, Cardoso e Faletto (1984) fazem uma crítica à abordagem cepalina para o desenvolvimento e subdesenvolvimento, em especial à teoria da estagnação de Furtado. Sugerindo que “falta uma análise integrada que forneça elementos para dar respostas de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos” (CARDOSO; FALETTTO, 1984, p.15).

Para Cardoso e Faletto (1984), a situação de dependência não se tratava de uma relação de dominação imposta pelos países centrais, pelo contrário, a responsabilidade do subdesenvolvimento seria das elites locais dependentes, isto é, “produtores capitalistas” dependentes, havendo incapacidade de existir uma burguesia nacional.

A relação de dependência centro-periferia, não seria o empecilho para o desenvolvimento, o problema estava na forma concentradora como o Estado conduziu o desenvolvimento. Assim, com a incapacidade de encontrar seus componentes essenciais internamente, a única saída possível para a América Latina se desenvolver, seria se associando aos países centrais. Ou seja, os países periféricos tinham a possibilidade de desenvolver-se em situação de dependência, através do aproveitamento das brechas abertas pelos países centrais à periferia.

A dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. (CARDOSO; FALETTTO, 1984, p. 31).

Cardoso e Faletto (1984, p.125) consideram, dessa forma, existir uma nova “situação de desenvolvimento” nas economias industrial-periféricas após o esgotamento do processo de substituição de importação, assim como na relação destas com as economias centrais. Esse novo modelo seria responsável por relações entre centro e periferia que iriam além do sistema de importações-exportações, “agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais”.

Para os autores, a relação entre a economia nacional e os centros dinâmicos das economias centrais parecia dar-se no próprio mercado interno, assim poder-se-ia considerar como “países periféricos, industrializados e dependentes”.

Salientamos que a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a posição tradicional entre os termos *desenvolvimento* e *dependência*, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. (CARDOSO; FALETTO, 1984, p. 141, grifo dos autores).

No entanto, os países periféricos em desenvolvimento continuariam dependendo da capacidade de importação de bens de capital e matérias-primas complementares para desenvolver o setor industrial, e, conseqüentemente, internacionalização das condições do mercado interno, o que, segundo os autores, conduziria o país a “laços estreitos de dependência financeira”. Assim, essa nova forma de desenvolvimento seria “dependente-associado”, contrapondo todas as teorias que não julgavam possível a existência de dependência e desenvolvimento simultaneamente (CARDOSO; FALETTO, 1984, p. 128).

Segundo Cardoso e Faletto (1984), os investimentos estrangeiros são condição necessária para que haja continuidade no desenvolvimento, como ocorreu no Governo de Kubitschek, onde as possibilidades de desenvolvimento autônomo através da industrialização por substituição de importação estavam esgotadas.

Teixeira e Pinto (2012) apontam uma convergência entre a teoria do desenvolvimento dependente-associado de Cardoso e Faletto (1984) e o receituário neoliberal que surgia na época. Assim, as reformas praticadas durante o Governo FHC nos anos 1990, as quais seguiam o receituário neoliberal do Consenso de Washington⁴, “significou a inserção subordinada do Brasil na economia mundial, criando uma nova forma das relações de dependência”, conduzindo o país a uma dependência financeira externa e não a um novo ciclo de investimentos e crescimento econômico. Para os autores foi o esgotamento do modelo de substituição de importação que permitiu essa convergência entre as ideias de Cardoso e o neoliberalismo (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p.11).

⁴ “O Consenso de Washington é constituído em 10 reformas: i) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; ii) mudança das propriedades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; iii) reforma tributária, aumentando os impostos se isso for inevitável [...]; iv) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; v) a taxa de câmbio deveria também ser determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo que fosse competitiva; vi) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior; vii) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; viii) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; ix) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; x) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro.” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 5).

Goldenstein (1994) sugere que tanto a teoria da estagnação quanto a teoria da dependência associada não avaliaram de forma correta o funcionamento do capitalismo, pois partiram do pressuposto de que o cenário mundial não mudaria. Para a autora, “enquanto os estagnacionistas não perceberam o transbordamento para os países periféricos dos frutos dos anos dourados do capitalismo no pós-guerra, os teóricos da dependência o tomaram como definitivo” (GOLDENSTEIN, 1994, p.165).

A partir da década de 1980 a maioria dos países em desenvolvimento acabou aderindo às políticas de cunho neoliberal, recomendadas pelo Consenso de Washington. O Brasil, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, estava entre esses países. Chang (2002) faz uma contraposição ao argumento de que, para conseguir desenvolvimento industrial, os países em desenvolvimento devem aceitar a dependência para com os países centrais, e ainda, concordar com as “ordens” dadas por estes como sendo o melhor a ser feito, ao invés de proteger sua indústria nascente e tentar um desenvolvimento autônomo.

2.2.3 Chutando a escada

Chang (2002), resgatando os argumentos de List (1841), faz uma análise do desenvolvimento econômico tanto dos países atualmente desenvolvidos (PADs), quanto dos países em desenvolvimento, contrapondo a posição de Cardoso e Faletto (1984).

List (1841, *apud* CHANG, 2002, p. 15-16) assinalava que os países com alto grau de desenvolvimento de sua época, como a Grã-Bretanha, por exemplo, “deram-se conta de que a recém-criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre-concorrência com as estrangeiras, estabelecidas havia muito tempo”, portanto transferiram “a riqueza, o talento e o espírito empreendedor dos estrangeiros” para dentro do país, através de um sistema baseado em restrições, privilégios e incentivos.

Apesar disso, grandes teóricos aconselhavam os países em desenvolvimento – da época – a não trocar as importações por produção interna dos mesmos bens, pois estariam “retardando o futuro crescimento do valor de seu produto anual, em vez de acelerá-lo, e estarão obstruindo o progresso do país rumo à riqueza e à grandeza verdadeiras, em vez de promovê-lo” (SMITH, 1937, *apud* CHANG, 2002, p.17).

Assim, para List, quando uma nação chega o topo da magnitude, “ela não pode fazer coisa mais sábia do que *chutar a escada* pela qual acendeu à grandeza, pregar o benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até então vinha trilhando o caminho errado,

mas acaba de descobrir a grande verdade” (LIST, 1885 *apud* CHANG, 2002, p.17, grifo do autor). Os Estados Unidos, porém, não seguiram as recomendações da Grã-Bretanha e já em 1816 começaram a proteger sua indústria nascente, obtendo grande sucesso a partir disso.

Chang (2002) considera que as observações feitas por List, ainda no século XIX, permanecem completamente atuais na relação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, apontando que não só os Estados Unidos, mas todos os PADs, de alguma forma, protegeram a indústria nascente quando estavam em processo de *catching-up* (emparelhamento).

Como apresentado na subseção anterior, as economias em desenvolvimento entraram em crise ao final da década de 1970, evidenciando que o protecionismo e o intervencionismo eram “políticas ruins” ao desenvolvimento, passou-se, assim, a recomendar a esses países reformas de cunho neoliberal. Então, parece uma “coincidência notável que tantos países que se valeram dessas políticas [protecionistas] [...], tenham se industrializado com sucesso, sobretudo quando se diz que elas são de tal modo nocivas, segundo a argumentação ortodoxa” (CHANG, 2002, p.108).

Assim, para Chang (2002), os PADs, estão reproduzindo as mesmas sugestões feitas pela Inglaterra no século XIX, e que os mesmos não seguiram, pelo contrário, segundo o autor, a proteção à indústria nascente, em muitos desses países, era feita de forma mais intensa do que nos países em desenvolvimento atualmente. Nota-se, portanto, uma completa mudança no comportamento dos PADs em relação ao que consideram “políticas boas” para o desenvolvimento, conforme ascenderam na competição internacional.

Quando estavam em situação de *catching-up*, os PADs protegiam a indústria nascente, cooptavam mão de obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, evolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre-comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. Assim, parece que as raposas têm se transformado em guardiãs do galinheiro com perturbadora regularidade. (CHANG, 2002, p.114).

Chang (2002) chama a atenção para os países do leste asiático que não adotaram as recomendações ortodoxas, mas alcançaram alto grau de desenvolvimento, como a Coreia. Ao passo que os países da América Latina, que adotaram as recomendações, apresentaram uma desaceleração no crescimento em relação às décadas anteriores, quando praticavam as políticas “ruins”.

Dessa maneira, estariam, os PADs, *chutando a escada* dos países em desenvolvimento, para que estes não obtivessem o mesmo êxito que aqueles em relação ao

desenvolvimento econômico? Ou seria a “natural tendência humana a reinterpretar o passado pelo ponto de vista presente”? Conforme Chang (2002), mesmo que os países desenvolvidos estejam recomendando essas políticas motivados por “boa-fé”, não significa que será menos prejudicial para os países em desenvolvimento. Assim, independentemente do propósito por trás desse *chutar a escada*, “o fato patente é que as ‘reformas políticas’ neoliberais se mostraram incapazes de cumprir a sua grande promessa: o crescimento econômico” (CHANG, 2002, p.212).

Segundo Bresser-Pereira (2004), faltou a Chang (2002) uma abordagem sobre as recomendações com relação ao crescimento com poupança externa, também feitas pelos países centrais aos países em desenvolvimento, considerando que, como acontece com muitas outras recomendações, os próprios países desenvolvidos não aderiram, preferiram crescer com poupança própria, seguindo o lema “o capital se faz em casa”.

[Os países desenvolvidos] não hesitam hoje em aconselhar os países em desenvolvimento a se endividarem financeiramente e a disputarem investimentos diretos (endividando-se patrimonialmente), como se estas fossem as duas únicas maneiras de financiar o desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.2).

Bresser-Pereira (2002) chama a atenção também para o fato de que essa cobrança dos países centrais começou após as mudanças tecnológicas nos anos 1970 e o conseqüente surgimento de novos países industriais. Até então, os países atualmente desenvolvidos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, mantinham baixa guarda e mostravam-se generosos com relação ao desenvolvimento das demais nações.

Em resumo, pode-se considerar que a CEPAL chegou a acreditar que, em algum momento, os países latino-americanos mais desenvolvidos, como seria o caso do Brasil, teriam condições de completar seu processo de industrialização com apoio do capital estrangeiro, finalizando o processo de substituição de importação e passando para uma economia de produção de bens de capital e de materiais estratégicos, entretanto, com o fenômeno da mundialização contraditória e excludente do capitalismo, essa ideia de estratégia para um projeto nacional acabou sendo substituída pela teoria da estagnação, para a qual os investimentos estrangeiros eram paralisados pelo “estrangulamento externo” por representar uma oposição aos interesses internos e externos (MACHADO, 1999) (RODRIGUES, 2006).

Já Cardoso e Faletto (1984) consideravam que era necessário transferir os espaços decisórios nacionais aos centros do capitalismo internacional para poder intensificar os vínculos com o mercado externo e assegurar o desenvolvimento. Para tanto seria necessário romper com os padrões que mantinham o capital estrangeiro preso ao aparelho estatal,

submetendo-o a seus interesses, e a solução seria centralizar o mercado na política, nas relações internacionais e no desenvolvimento econômico. Ainda para Cardoso e Faletto (1984), a incompatibilidade entre a dominação econômica do capital estrangeiro e a dominação política nacional que existia no período de industrialização por substituição de importação, já não se fazia mais presente (MARTINS; VALENCIA, 2001).

Apesar de Chang (2002) não tratar diretamente sobre o capital estrangeiro, pode-se considerar como pertencente às recomendações de políticas econômicas neoliberais. Como colocado por Bresser-Pereira (2004), o crescimento com poupança externa estava entre o receituário que os países centrais passaram a partir dos anos 1980. Segundo Bresser-Pereira e Nakano (2003), em um primeiro momento, o ingresso de poupança externa aumenta ligeiramente a taxa de investimentos, mas não proporciona as condições para o pagamento dessa dívida mais elevada, e ainda, se os países que entram nesse crescimento dependente estiverem fortemente endividados e não tenha alcançado estabilidade econômica, a poupança externa representa uma grande ameaça ao desenvolvimento. Assim sendo, ao aderir às recomendações neoliberais, a teoria do desenvolvimento dependente-associado pode ter, de alguma forma, *chutado a escada* do desenvolvimento econômico brasileiro.

3 IMPORTÂNCIA DO CAPITAL ESTRANGEIRO ENTRE 1950 E 1980

A abordagem teórica sobre o desenvolvimento econômico, apresentado no capítulo anterior, buscou mostrar as expectativas relacionadas a um importante momento na história econômica do Brasil. As estratégias de desenvolvimento, tanto autônomo quanto dependente, foram essenciais na condução do desenvolvimento industrial do período pós-Segunda Guerra Mundial.

Os governos de Vargas e Kubitscheck marcaram história com suas respectivas estratégias nacionalista e internacionalista de desenvolvimento, influenciando as decisões dos governos seguintes com relação às políticas econômicas. Apesar de haver grandes mudanças em relação às estratégias de cada governo, é importante salientar que o capital estrangeiro foi o grande protagonista desse processo até os anos 1970.

Desde o Governo Vargas até o Governo Militar, foram surgindo instituições que regulamentavam a entrada de capital estrangeiro no país. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) teve papel imprescindível, a partir de suas Instruções, nas políticas de atração ou restrição do capital estrangeiro, sendo utilizada como condição fundamental para colocar em prática as estratégias desenvolvimentistas mais variadas.

Percebendo a importância que esse período teve para o desenvolvimento industrial brasileiro, esse capítulo se dedica a apresentar as estratégias de cada governo desde o imediato pós-Segunda Guerra até fins dos anos 70, se atendo às mudanças com relação a atração do capital estrangeiro, assim como, os resultados dessas estratégias para economia nacional.

Dessa forma, o capítulo segue a seguinte divisão. A seção 3.1 apresenta o contexto histórico no qual se inseriu o Segundo Governo Vargas, assim como sua tentativa de construir uma estratégia de desenvolvimento nacionalista. Na seção 3.2 é mostrado como o ingresso de capital estrangeiro foi definindo as possibilidades de industrialização, de forma que o Governo JK aderiu substancialmente ao investimento direto estrangeiro para pôr em prática o Plano de Metas. A seção 3.3 apresenta a tentativa dos governos pós-Plano de Metas de retomarem uma estratégia de desenvolvimento autônomo para controlar a inflação e a crise no balanço de pagamento, herdados do Governo JK. A seção 3.4 apresenta a volta do capital estrangeiro à economia nacional atraído pelo Governo Militar e facilitado pela bonança internacional dos petrodólares, assim como a transição dos “anos dourados” para a “década perdida”. Por fim, a seção 3.5 se destina a uma síntese conclusiva para este capítulo.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A crise financeira dos anos 30 resultou na redução da demanda internacional pelo principal produto de exportação brasileira, o café. Por outro lado, esse período foi representado por safra recorde do produto no Brasil. A ocorrência desses dois fatores em conjunto (redução da demanda e aumento da oferta) ocasionou a baixa do preço do produto no mercado mundial, reduzindo consideravelmente a renda dos produtores nacionais.

Considerando que a elasticidade-preço da demanda de café nos países consumidores era muito baixa, assim como a elasticidade-preço da demanda brasileira por produtos manufaturados (devido a ausência de produção nacional), a desvalorização cambial, como medida de proteção da renda dos produtores de café, acabou por piorar a balança comercial (MORAES, 2003). Em consequência disso, em 1931 o Banco do Brasil passou a controlar e executar a política cambial, instruído pelo Governo Federal, assim, todo fluxo de moeda estrangeira passou a ser controlado com mais rigor do que vinha sendo.

O monopólio de câmbio facilitava o controle de entrada e saída de divisas em períodos de escassez das mesmas, de forma que quando alguém pretendia pagar compromissos externos deveria ter autorização do Banco do Brasil para adquirir a moeda estrangeira, este processo muitas vezes acabava sendo demorado (VAN DER LAAN; CUNHA; FONSECA, 2012). Em 1945, ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas, foi criada a SUMOC, passando para esta o direito de monopólio da política cambial.

Segundo Tavares (1979), em 1948 a pressão sobre as importações fez com que fosse necessário entrar em um regime de controle cambial, foi criado, então, o sistema de licença prévia. Assim, passou a haver um controle quantitativo das importações, ao mesmo tempo em que as importações de produtos intermediários e de bens de capital mantinham-se relativamente baratas, eram feitas fortes restrições aos bens de consumo não essenciais, tornando praticamente impossível as importações desses produtos.

Daí resultou, naturalmente, um estímulo considerável à implantação interna de indústrias substitutivas desses bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos dentro do país e passaram a contar com uma proteção cambial dupla, tanto do lado da reserva de mercado como do lado dos custos de operação. (TAVARES, 1979. p.71).

O sistema de licença prévia revelou ser um importante instrumento de proteção industrial, favorecendo o processo de substituição de importações, dessa forma, foi a principal política praticada no segundo governo de Vargas, o qual ficou marcado por buscar avanços na composição de uma infraestrutura de desenvolvimento econômico pautada, principalmente,

no desenvolvimento da indústria nacional, com investimentos públicos nos empreendimentos estratégicos, como petróleo, eletricidade e siderurgia (CARDOSO; FALETTTO, 1984).

No entanto, Vargas não conseguiu estabelecer meios de investimentos que o deixasse menos subordinado ao capital estrangeiro. Em consequência da Europa só vir a se reestabelecer financeiramente da Segunda Guerra Mundial na segunda metade da década de 1950, Getúlio acabou por manter relações mais próximas com os Estados Unidos, aproveitando a brecha proporcionada pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, acreditando que seria possível ter acesso aos capitais públicos daquele país. Mas a mudança do Governo Truman pelo Eisenhower, em 1953, dificultou os planos do Governo Vargas e a relação entre os dois países passou a ser cada vez menos cordial, “visto que o novo governo [EUA] não via com bons olhos um desenvolvimento econômico a partir dos interesses nacionais, sem se submeter à internacionalização integralmente” (CAMPOS, 2013, p.15).

Em outubro de 1953, o sistema de licença prévia foi substituído pela Instrução 70 da SUMOC, a qual estabelecia taxas múltiplas de câmbio e leilões. Nesse sistema, os produtos eram classificados em cinco categorias para importação, por ordem de prioridades, havendo sobretaxa crescente de câmbio conforme a essencialidade de cada item, quanto menos essencial para a economia, maior seria a taxa de importação. Também foram instituídos leilões de câmbio, onde as Promessas de Venda de Câmbio eram negociadas no mercado livre, com 8% do diferencial das taxas, destinados ao Tesouro Nacional (CAMPOS, 2013).

O setor industrial não concordava com a forma de controle corroborado pela Instrução 70, pois os leilões de câmbio não ofereciam proteção suficiente para impedir a importação de itens que concorriam com os produzidos dentro do Brasil. Além disso, alegava que essa medida aumentava os custos de produção dos produtos que necessitavam de matéria prima importada (MORAES, 2003).

Em 1953, a SUMOC, com a instrução 81, “estabelece tratamento preferencial para registro de investimento de interesse do desenvolvimento” desde que aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Nacional e pelo Conselho da SUMOC (VAN DER LAAN; CUNHA; FONSECA, 2012, p. 192). Ademais, foi criada a Comissão de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros Registráveis (CIFER), a qual sujeitava o IDE a uma análise rigorosa de sua aplicabilidade antes do mesmo ser realizado (CAMPOS, 2013).

Deste modo, durante seu segundo governo, Vargas procurou suprir as necessidade de financiamento para os setores base da economia através de políticas de controle das importações, dificultando a entrada de produtos supérfluos, ou que poderiam ser produzidos internamente, e facilitando a entrada de produtos essenciais. No entanto, mesmo dando maior

abertura ao capital estrangeiro, como a Instrução 81, o Governo Vargas procurava ter o máximo de controle possível para manter um desenvolvimento econômico autônomo, isto é, um nacional desenvolvimentismo.

Após a morte de Getúlio em agosto de 1954, a economia brasileira ganhou novos arranjos políticos. A Instrução 113 da SUMOC teve papel fundamental nas políticas adotadas pelos governos posteriores a ela. A próxima seção destina-se a explanação dessa Instrução e como ela foi utilizada amplamente por Juscelino Kubitschek em seu plano de governo.

3.2 INSTRUÇÃO 113 E O PLANO DE METAS

Idealizada pelo Ministro Eugenio Gudín, o então presidente do Banco do Brasil, e instituída em 1955, no governo de Café Filho, a Instrução 113 da SUMOC é considerada como um marco na internacionalização da economia brasileira. Até então, a maior parte dos investimentos estrangeiros se davam por meio de reinvestimentos de lucros de empresas já instaladas no Brasil, a partir de 1955, o ingresso de IDE na forma de mercadorias passou a se destacar, logo se tornando majoritário.

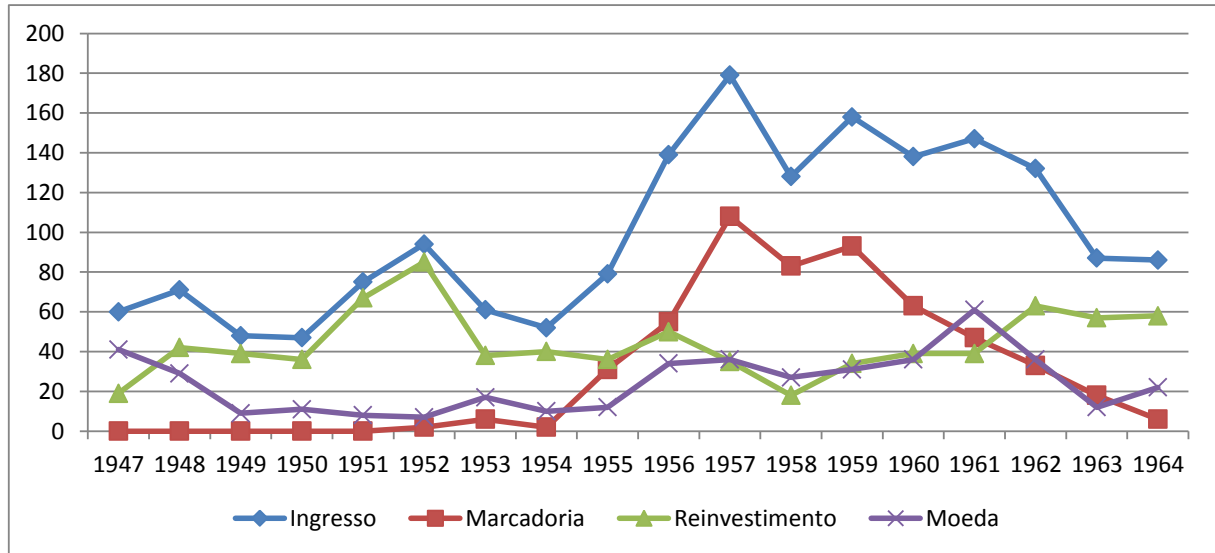
Para Caputo (2007), a principal finalidade da Instrução 113 era incentivar a entrada de investimentos de capitais estrangeiros no país, eliminando critérios de seleção instituídos ainda no segundo Governo Vargas como a Instrução 81, que apesar de incentivar a entrada de capital estrangeiro, controlava quem seriam os beneficiados. Com essa nova Instrução, os investidores estrangeiros poderiam importar máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, isto é, “as importações de bens de capital eram computadas no Balanço de Pagamentos como ingresso de IDE na forma de ‘mercadoria’ e, nesse sentido, não pressionavam a disponibilidade de divisas” (AREND, 2009, p.139).

Essas mercadorias eram direcionadas para os setores mais importantes da economia na época, de modo que quase a totalidade dos setores industriais foi favorecida, sendo excluídos apenas os considerados supérfluos. Dessa forma, a partir de 1955, o Brasil começou a entrar em uma rota de desenvolvimento industrial acelerada, a possibilidade de elevar os fluxos de capitais estrangeiros tornou possível pôr em prática o plano de governo de Juscelino Kubitschek.

Essas mudanças na entrada de capital estrangeiro podem ser facilmente visualizadas no Gráfico 1, o qual mostra a entrada de IDE nas formas de mercadoria, moeda e reinvestimento. Como já apontado, pode-se observar uma mudança importante após a

implantação da Instrução 113. Antes desta, a entrada de capital estrangeiro prevalecia na forma de reinvestimentos, ao passo que, já em 1956, a entrada na forma de mercadorias passou a predominar.

Gráfico 1 – Brasil: Formas de Entrada de IDE (1947-1964) – em US\$ Milhões



Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

Ao assumir o poder, JK lançou mão da Instrução 113 da SUMOC para pôr em prática seu plano de governo, estabelecendo também, outros mecanismos que facilitavam ainda mais a entrada de capitais estrangeiros no país, como os incentivos fiscais e cambiais introduzidos pela Lei nº 3.244 de 1957, com o objetivo de garantir um mercado livre de concorrência para os investidores estrangeiros (TAVARES, 1979). Assim, “para a realização de Plano de Metas, o governo primeiramente criou mecanismos para a atração de capitais estrangeiros em setores industriais mais complexos, diante da falta de poupança interna para fazer frente o desejo da industrialização rápida” (AREND, 2009, p. 142).

O Plano de Metas constituía-se em um conjunto de 30 objetivos almejados para os setores básicos da economia, buscando eliminar os obstáculos estruturais ao desenvolvimento do país, tendo como lema “50 anos em 5”. Os setores de energia, transporte e indústrias tiveram preferência, tendo recebido 93% dos recursos totais concedidos ao Plano. A construção de Brasília não estava incorporada em nenhum dos setores, entrou no Plano de Metas como 31ª meta, chamada de meta síntese (SILVA, s/d).

Os investimentos canalizados para o Plano de Metas adivinham principalmente do setor público, sob a coordenação do BNDE, sendo complementado com investimentos

estrangeiros. O Quadro 1 apresenta a distribuição dos incentivos do Estado e do capital estrangeiro para alguns setores do Plano.

Quadro 1 – Alocação dos investimentos estatais e do capital estrangeiros para alguns setores do Plano de Metas.

Capital Estrangeiro	Estado
Material de Transporte	Programa de Transporte Terrestre e Marítimos
Material Mecânico	Siderurgia
Material Elétrico	Construção Civil Programa de Energia Elétrica Programa de Comunicações
Química	Petróleo e Derivados
Serviços Financeiros	Serviços de Utilidade Pública

Fonte: Arend (2009, p. 143)

Segundo análise de Caputo (2007 p.61) aos Relatórios das SUMOC publicados entre 1955 e 1963, das máquinas e equipamentos que entraram no Brasil entre 1955 e 1959 como IDE via Instrução 113, 55,4% foram direcionadas ao setor de indústrias de base do Plano de Metas. A Tabela 1 apresenta os valores do Produto Interno Bruto (PIB) na Indústria de Transformação para os anos de 1955 a 1963, assim como os valores do IDE via Instrução 113 que entraram no mesmo período.

Tabela 1 – Brasil: Investimento Direto Estrangeiro via Instrução 113 como Percentual do PIB Industrial (1955-1963) – em US\$ Milhões

Ano	PIB Industrial	IDE via Instrução 113	IDE via Instrução 113/PIB Industrial (%)
1955	2.178,41	28,98	1,33
1956	2.882,07	41,76	1,45
1957	4.215,46	107,68	2,55
1958	2.658,43	82,5	3,10
1959	3.604,23	65,76	1,82
1960	3.966,36	107,2	2,70
1961	4.316,91	39,23	0,91
1962	4.877,95	20,07	0,41
1963	5.930,79	4,52	0,08

Fonte: Caputo (2007, p.53)

Pode-se observar que a maior parte do IDE via Instrução 113 concentrou-se entre 1957 e 1960, correspondendo a 73% dos investimentos estrangeiros totais (via Instrução 113) no

período entre 1955 e 1963, que foi de 497,7 milhões de dólares. No entanto, a participação relativa desses investimentos no PIB Industrial não apresenta valores muito altos, tendo uma participação média para o período analisado de 1,6%. A Tabela 2 apresenta os dados sobre as importações realizadas nesse mesmo período, diferenciando os valores que entraram com ou sem cobertura cambial.

Tabela 2 – Brasil: Importação (FOB) (1955-1963) – em US\$ Milhões

Ano	Com cobertura cambial	(% Total Anual	Sem cobertura cambial (Equipamentos)			
			Financiamentos	(%) Total Anual	Investimentos	(%) Total Anual
1955	1.008	92	60	5	31	3
1956	833	80	158	15	55	5
1957	927	74	223	18	107	9
1958	798	69	268	23	83	7
1959	796	68	290	25	93	8
1960	963	77	224	18	63	5
1961	871	73	274	23	47	4
1962	967	78	247	20	33	3
1963	1.039	84	186	15	19	2

Fonte: Caputo (2007, p.53)

Embora o investimento sem cobertura cambial aparente uma baixa representatividade em relação tanto ao PIB Industrial quanto ao investimento com cobertura cambial e ao financiamento sem cobertura cambial, chegando ao máximo de 9% do total em 1958, esses investimentos foram essenciais para o desenvolvimento da indústria no Brasil, uma vez que, 97,7% do total de IDE entre 1955 e 1963 via Instrução 113, foi direcionado à indústria de transformação, o que representa um montante de US\$ 486,2 milhões, e bem distante, em segundo lugar, aparecem as indústrias extrativas com 1,87% (CAPUTO, 2007).

Os Estados Unidos foram a origem de 43,5% do IDE via Instrução 113 no período destacado, o que significa US\$ 216,5 milhões, já as empresas alemãs investiram US\$ 93 milhões (18,7%), e as suíças corresponderam por US\$ 36,2 milhões (7,27%) (CAPUTO, 2007).

Para Leopoldi (2000, p.249), a Instrução 113 foi a chave que abriu as portas para “a entrada maciça de investimentos estrangeiros no país e o desenvolvimento acelerado das indústrias de automóvel, química e farmacêutica, entre outros setores. Foi ela que viabilizou a realização de várias metas industriais propostas pelo governo Juscelino Kubitschek”. A

Tabela 3 apresenta os dez principais setores de destino dos investimentos diretos via Instrução 113, assim como sua participação em relação ao total, confirmando o interesse de JK em fortalecer o setor industrial.

Tabela 3 – Brasil: Setores de destino dos Investimentos Diretos Estrangeiros via Instrução 113

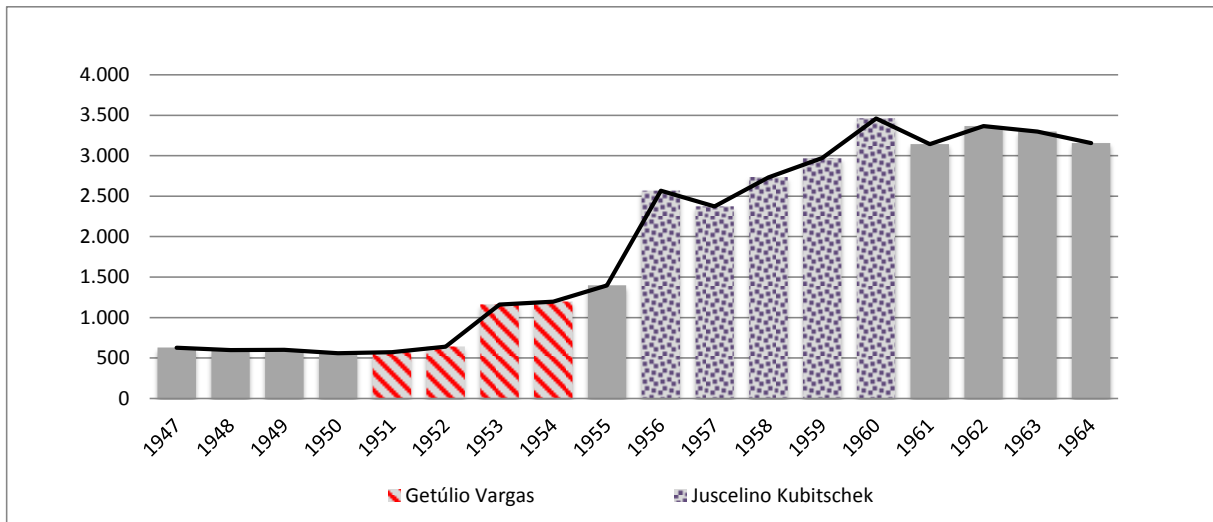
Setor da Economia	Investimento em Milhões de US\$	%
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	189,61	38,1
Fabricação de Produtos Químicos	58,16	11,69
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	55,93	11,24
Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico	30,89	6,21
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	25,14	5,05
Fabricação de Produtos Têxteis	21,68	4,36
Metalurgia Básica	20,7	4,16
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	18,04	3,62
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	17,25	3,47
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	13,13	2,64
Outros	47,18	9,46
Total	497,71	100

Fonte: Adaptado de Caputo (2007, p.63).

Ao analisar esses dados, a diferença de estratégia de governo entre Vargas e Kubitschek fica mais evidente. A busca pelo desenvolvimento nacional, em especial da indústria, era comum para ambos, a diferença se dava na forma como cada um pretendia alcançar esse objetivo, enquanto Vargas defendia um nacional desenvolvimentismo, Juscelino adotou a estratégia de desenvolvimentismo internacionalista. O governo de Juscelino conseguiu aprofundar o processo de substituição de importação, levando o país a um ritmo de desenvolvimento mais acelerado do que nos governos anteriores. Enquanto no Governo Vargas o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu a uma média de 6,2% ao ano, no governo de Kubitschek esse crescimento foi de 8,1%.

No entanto, esse crescimento econômico proporcionado pelo influxo de capital estrangeiro, teve como resultado a expansão da dívida externa brasileira, que no último ano do Governo JK, ultrapassou US\$ 3 milhões. A evolução da dívida externa brasileira no período concedido entre 1947 e 1964 pode ser vista no Gráfico 2, com destaque para os governos de Vargas e JK.

Gráfico 2 – Brasil: Evolução da Dívida Externa (1947-1964) – em US\$ Milhões



Fonte: IPEADATA (2014). Elaborado pela autora

O crescimento da dívida externa fez com que a relação dívida externa/exportações se deteriorasse, ou seja, a partir de 1956, as exportações não eram mais suficientes para o financiamento da dívida externa, situação esta, que não foi exclusiva do Governo JK, se estende até a atualidade.

Tabela 4 – Brasil: Indicadores Econômicos Selecionados (1947-1964)

	Crescimento do PIB (%)	Inflação (IGP-DI) (%)	Balança comercial (US\$ milhões)	Dívida Externa (US\$ milhões)	Dívida/exportações
1947	2,4	2,73	96,19	625	0,54
1948	9,7	7,96	207,45	597	0,51
1949	7,7	12,30	139,07	601	0,55
1950	6,8	12,41	413,58	559	0,41
1951	4,9	12,34	44,21	571	0,32
1952	7,3	12,72	-302,13	638	0,45
1953	4,7	20,51	394,72	1.159	0,75
1954	7,8	25,86	147,15	1.196	0,77
1955	8,8	12,15	319,46	1.395	0,98
1956	2,9	24,55	407,44	2.568	1,73
1957	7,7	6,96	106,32	2.373	1,71
1958	10,8	24,39	65,81	2.734	2,20
1959	9,8	39,43	72,17	2.971	2,32
1960	9,4	30,47	-24,03	3.462	2,73
1961	8,6	47,78	111,14	3.144	2,24
1962	6,6	51,60	-89,72	3.367	2,77
1963	0,6	79,92	112,48	3.298	2,34
1964	3,4	92,12	343,39	3.155	2,21

Fonte: Banco Central do Brasil (2014); IPEADATA (2014). Elaborado pela autora

A Tabela 4 apresenta os indicadores macroeconômicos selecionados da economia brasileira para o período de 1947 a 1964. Além do aumento da dívida externa, no governo de Juscelino, a taxa de inflação chegou a níveis muito elevados, quando assumiu o governo a taxa de inflação estava em 12%, e em 1960 essa taxa estava em 30,5%. O Plano de Metas também deteriorou a balança comercial brasileira, passando de uma posição superavitária, com saldo de US\$ 319,5 milhões em 1955, para um déficit de US\$ 24 milhões em 1960.

Durante o governo de JK os investimentos industriais foram prioritariamente para os setores dinâmicos da revolução tecnológica do paradigma metalomecânico-químico, como a fabricação de automóveis, material elétrico, e metalomecânica. Assim, conforme Tavares et al. (2010 p. 83), “o fim do governo Kubitschek, com a conclusão do Plano de Metas, representou o término de uma etapa do processo de diversificação por substituição de importação”.

Para Tavares et al. (2010, p.86), o Plano de Metas só pôde ser executado porque houve um encolhimento das restrições externas, no entanto, mesmo com todas as mudanças estruturais, não conseguiram encontrar solução para as restrições decorrentes do estrangulamento externo ao desenvolvimento brasileiro. “As soluções foram paliativas, adiadas para o período seguinte, e mais tarde se tornariam um dos principais entraves à expansão econômica”.

Assim sendo, como colocado por Villela (2005, *apud* AREND, 2009, p. 146), JK “entregou a seus sucessores uma economia maior e mais desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, deixou-lhes um ‘presente de grego’, sob a forma da piora de alguns dos principais indicadores macroeconômicos internos e externos”.

Os governos de Jânio Quadros e de João Goulart (posteriores a “Era JK”) tentaram reduzir os incentivos ao capital estrangeiro, buscando continuar o desenvolvimento de forma autônoma, como será apresentado na próxima seção.

3.3 ECONOMIA PÓS-PLANO DE METAS

Em 1961, no breve Governo de Jânio Quadros, foi instituída a Instrução 204 da SUMOC, unificando o mercado cambial e desvalorizando a taxa de câmbio. Também foram feitas alterações no procedimento de importações e exportações, havendo uma redução no estímulo antes dado pela Instrução 113 ao capital estrangeiro.

No Governo de João Goulart, em 1962, foi instituída a Lei de Remessa de Lucros, a qual disciplinava as aplicações de capitais estrangeiros e as remessas de valores ao exterior (Lei nº 4.131, 1962), o que acabou representando uma ruptura em relação a legislação de capitais estrangeiros anterior. A Lei da Remessa de Lucros passou a considerar os lucros de reinvestimentos do país como capital nacional, assim, “a base de cálculo para as remessas seria apenas o capital inicial registrado pela SUMOC”, com limitação 10% dos capitais estrangeiros para as remessas (CAPUTO, 2007, p.49). A Lei também limitava as remessas de dividendos, royalties e assistência técnica e científica ao máximo de 5%, além de impor imposto de renda sobre as mesmas (AREND, 2009).

O Governo de João Goulart não demonstrava muita simpatia ao capital estrangeiro, considerando-o como a causa de alguns dos problemas econômicos pelos quais o Brasil passava no momento, como a inflação e a crise no balanço de pagamentos, o que justifica a adoção de uma política externa mais independente, buscando formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico.

A nova Lei, combinada com a conjuntura política pela qual passava o país, resultou no encolhimento das remessas de investimento direto para o Brasil. Retornando ao Gráfico 1 (p.30), pode-se observar que, a partir de 1961, a entrada de IDE começou a reduzir consideravelmente, principalmente com relação à entrada na forma de mercadoria. Desse modo, a Lei nº 4.131 pode ser considerada como um ponto de inflexão com relação à Instrução 113 da SUMOC.

Assim como aconteceu no segundo Governo Vargas,

[...] a definição de um marco regulatório que impunha limites ao movimento do capital internacional implicou o distanciamento das relações do governo brasileiro com o norte-americano, com as agências internacionais de financiamento, com os oligopólios estrangeiros e com as classes sociais internas vinculadas aos interesses do capital internacional. (AREND, 2009, p.148).

Dessa forma, os interesses de cunho nacionalistas em contraste com uma estratégia internacionalista em vigor, levou o país, durante o governo de Goulart, a uma crise institucional e, conseqüentemente, à crise econômica.

Segundo Arend (2009), as mudanças ocorridas no Governo de Goulart não estimulavam a estrutura tecnoprodutiva constituída no Governo de JK, pois, para continuar o processo de industrialização iniciado no período anterior, seria necessária uma mudança institucional.

A irreversibilidade do processo de internacionalização começa a mostrar sua força, pois existia a possibilidade concreta, em curto prazo, de retornos crescentes com a continuidade da estratégia desenvolvimentista internacionalista, em detrimento de decisões mais autônomas de política econômica que o governo João Goulart optou. (AREND, 2009, p.150).

As consequências das transformações tecnoeconômicas ocorridas no Governo JK se apresentaram ainda na primeira metade dos anos 1960, assim como acabaram por influenciar eventos a longo prazo.

Como medida para conter o aumento da inflação, que em 1962 estava em 51,6% ao ano, e tentar voltar ao mesmo nível de crescimento econômico apresentado no final da década de 1950, foi elaborado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social por Celso Furtado. O Objetivo era, durante o triênio 1963-1965, reduzir a inflação para aproximadamente 10% ao ano (IPEADATA, 2014) (COSTA, 2008).

O Plano acabou não sendo socialmente recebido de forma positiva, pelo fato de aderir a medidas bastante ortodoxas, com “políticas restritivas de contenção de gastos públicos e de liquidez e melhoria no mecanismo de arrecadação tributária” (COSTA, 2008).

Ademais, os resultados econômicos de 1963 apresentaram uma piora na economia. A inflação passou para 79,9% ao ano, e o crescimento do PIB foi de 0,6%, enquanto em 1962 havia sido de 6,6% (IPEADATA, 2014). Dessa forma, o Plano Trienal acabou fracassando, levando o país a uma recessão econômica até 1967.

3.4 CRESCIMENTO COM ENDIVIDAMENTO

Em 1964, os militares assumem o poder nacional, com um discurso que trazia para si a responsabilidade de superar o caos político e econômico pelo qual o país estava passando, tendo como medida para conter a inflação o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Segundo Oliveira (1972), o formalismo desse plano, assim como o ocorrido em todos os planos de combate a inflação, gerou uma forte recessão que se prolongou até 1967. Também foram feitas reformas tributária e no sistema financeiro.

No final da década de 1960, o excesso de dólares no sistema monetário internacional, sendo o dólar a moeda convertível em ouro, acabou fazendo com que as economias europeias acumulassem grande quantidade de divisas em dólares para evitar que suas moedas se valorizassem muito, o que gerou o chamado “mercado de eurodólares”. Isto é, essa enorme liquidez de dólares se transformou em empréstimos bancários em moeda, e os países em

desenvolvimento, como o Brasil, acabaram recebendo grandes empréstimos de bancos europeus (AREND, 2009).

Para Arend (2009), a reforma financeira feita no regime militar ligou o mercado interno brasileiro a essa liquidez financeira internacional. A reformulação da Lei nº 4.131, entre outras medidas, não só possibilitou como também incentivou a poupança externa, com o objetivo de por em funcionamento a estrutura produtiva implantada na década anterior. Assim, as relações com o mercado internacional, brevemente perdidas após o Governo JK, voltaram a ganhar destaque.

Dessa forma, a partir de 1967 a economia volta a apresentar bons resultados, em 1968 o PIB teve um crescimento de 9,8% ao ano, do mesmo modo, o balanço de pagamentos passou a ter elevados superávits e a inflação começou a cair, chegando a 15,5% em 1973 (Tabela 5). Devido às altas taxas de crescimento econômico, o período entre 1967-1973 ficou conhecido como “milagre econômico”, tendo como grande aliado a volta do investimento direto estrangeiro para o setor industrial (COSTA, 2008).

Para Goldenstein (1994), a nova estrutura do sistema financeiro, acompanhada pela alta liquidez, a inflação “controlada” e o “milagre econômico”, acabou sendo criada uma ilusão de que o PAEG havia montado um “padrão de financiamento novo e eficiente”.

O PAEG permite um reordenamento institucional que, reforçando o velho padrão de financiamento da economia brasileira, aprofunda a dependência financeira, criando as condições para o crescimento acelerado. São a excepcional liquidez internacional e a forma como o Estado brasileiro a utiliza, financiando os mais diferentes setores, que definem o “milagre”. (GOLDENSTEIN, 1994, p.88).

Ainda segundo a autora, a liquidez vinda de fora foi distribuída fartamente aos mais diferentes setores, sendo, muitas vezes, subsidiada ou até mesmo gratuita. Tais afluxos de capital, para Arend (2009), além de financiar o crescimento econômico interno, ajudaram a equilibrar as contas externas. Os resultados econômicos para o período 1965-1979 podem ser observados na Tabela 5.

Durante todo o período do “milagre”, houve déficits em transações correntes e superávits no balanço de pagamentos, de forma que as reservas internacionais passaram de US\$ 199 milhões em 1967, para 6,4 bilhões em 1973 (AREND, 2009), e a dívida externa passou de US\$ 3,44 milhões para US\$ 14,85 milhões. Assim, com o primeiro choque do petróleo em 1973, essa estratégia de crescimento com endividamento externo acabou apresentando suas fragilidades.

Tabela 5 – Brasil: Indicadores Econômicos selecionados (1965-1979)

	Crescimento do PIB (%)	Inflação (IGP-DI) (%)	Dívida Externa (US\$ milhões)	Transações Correntes (US\$ milhões)	Balança Comercial (US\$ milhões)	Balanco de Pagamentos (US\$ milhões)
1965	2,4	34,24	3.823	283,90	654,88	218
1966	6,7	39,12	3.771	-31,00	438,04	-9
1967	4,2	25,01	3.440	-276,20	212,77	-262
1968	9,8	25,49	4.092	-581,80	26,24	97
1969	9,5	19,31	4.635	-364,40	317,93	531
1970	10,4	19,26	6.240	-838,70	232,02	534
1971	11,3	19,47	8.284	-1629,70	-343,54	537
1972	11,9	15,72	11.464	-1687,90	-241,13	2538
1973	14,0	15,54	14.857	-2085,40	6,96	2380
1974	8,2	34,55	20.032	-7504,10	-4690,32	-1041
1975	5,2	29,35	25.115	-6999,50	-3540,40	-1064
1976	10,3	46,26	32.145	-6425,80	-2254,68	2688
1977	4,9	38,78	37.951	-4826,20	96,76	714
1978	5,0	40,81	52.187	-6983,40	-1024,20	4262
1979	6,8	77,25	55.803	-10708,20	-2839,48	-3215

Fonte: Banco Central do Brasil (2014); IPEADATA (2014). Elaborado pela autora

O choque do petróleo foi causado pela instabilidade do mercado financeiro internacional, que pressionou o aumento dos preços internacionais, em especial das matérias-primas, como o petróleo. Assim, países não produtores de petróleo começaram a apresentar desequilíbrios no balanço de pagamentos, devido a deterioração da balança comercial e o aumento dos juros internacionais.

No entanto, o aumento do preço do petróleo ocasionou uma redistribuição da liquidez internacional, pois os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) passaram a direcionar seus volumosos lucros ao euromercado, e “esses ‘petrodólares’ depositados nos eurobancos acabaram fluindo para os países em desenvolvimento, por meio de empréstimos bancários”, com taxas de juros negativas, o que acabou minimizando os efeitos do primeiro choque do petróleo no Brasil (COSTA, 2008, p.33).

Nesse contexto, foi formulado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com início oficial em 1974. Segundo Goldenstein (1994), o II PND não correspondeu a uma ruptura com o padrão de financiamento que vinha sendo utilizado, ao contrário, destinava-se apenas a “completar a colagem da economia brasileira à economia internacional que, pensava-se, havia sido definida com o Plano de Metas da década de 50, e consolidada com as reformas pós-1964” (GOLDENSTEIN, 1994 p.84).

Arend (2009) aponta que os recursos externos que entraram a partir de 1974, além de financiar o consumo e o investimento da economia brasileira, também tinham como objetivo internalizar setores da cadeia produtiva ainda incompletos, como insumos básicos e bens de capital, que vinham sendo supridos por importações, sendo estas importações que desequilibravam o balanço de pagamentos.

Para Goldenstein (1994), com o II PND, o Estado acabou assumindo um esforço de investimento bem acima de sua capacidade de arrecadação fiscal e à sua disponibilidade de recursos próprios, levando o país ao sobreendividamento em condições de alto risco, pois os empréstimos eram feitos a taxa de juros flutuantes, sem criar uma correspondente capacidade de geração de divisas, o que levou o país à maior crise de sua história, chegando ao limite da ruptura com a utilização do padrão de financiamento por endividamento externo.

Desse modo, de 1968 até o final da década de 1970, a economia conseguiu manter um crescimento médio de 8% ao ano, no entanto os indicadores econômicos começaram a apresentar a vulnerabilidade do padrão de financiamento utilizado, principalmente após 1974, quando a dívida externa aumentou para US\$ 20 milhões (em 1973 estava em US\$ 11,5 milhões). A inflação passou de 15,5% em 1973 para 34,5% no ano seguinte e as transações correntes foram de um déficit de US\$ 2,1 milhões para um déficit de US\$ 7,5 milhões nos respectivos anos. Em 1979 a dívida externa estava em US\$ 55,8 milhões, a inflação em 77,2% a.a, e as transações correntes com um déficit de US\$ 10,7 milhões (Ver Tabela 5, p.39).

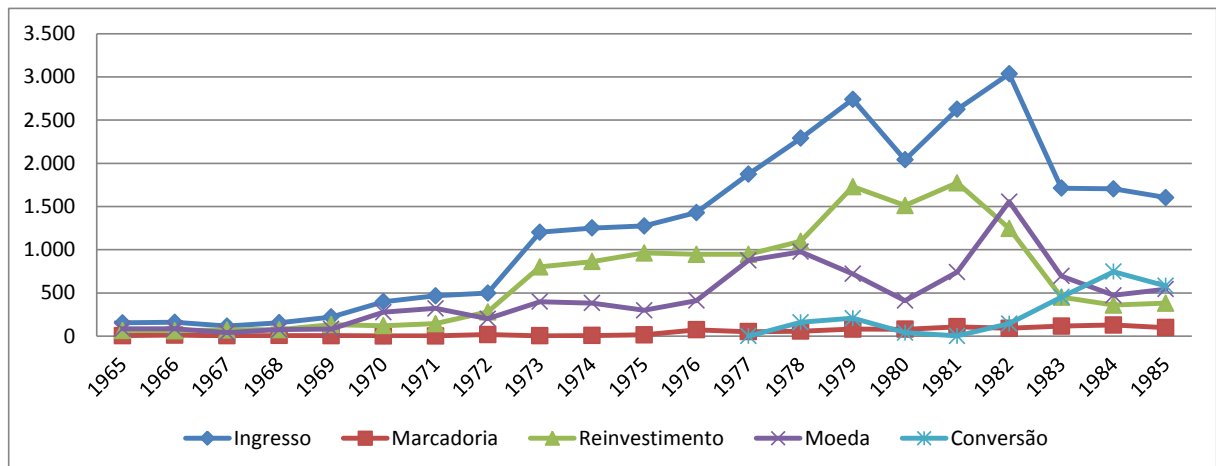
Em 1980, o segundo choque do petróleo juntamente com o aumento da taxa de juros internacionais levou o Brasil a uma situação muito pior, a recessão mundial resultou em uma barreira nos financiamentos internacionais via bancos privados. Com as restrições à liquidez internacional, passou a haver uma transferência de recursos reais ao exterior, como meio de gerar superávits comerciais para o pagamento da dívida externa, direcionando a economia brasileira à estagnação nos anos 1980. Assim sendo, existia um “forte *trade-off* entre a continuidade do crescimento e a preservação do superávit comercial ou a incompatibilidade da manutenção dos saldos comerciais com o crescimento econômico a taxas históricas” (ARENDA, 2009, p.164).

3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Ao longo deste capítulo pôde ser observada a influência que o capital estrangeiro teve no desenvolvimento do país, em especial o desenvolvimento industrial. Mas, ao invés de o

capital externo se ajustar às necessidades do mercado interno brasileiro, acabou sendo o mercado interno determinado pelo curso do capital externo. Como pode ser observado nos Gráfico 1 (p.30) e Gráfico 3, foram nos momentos de maior liquidez internacional que o país pôde realizar tanto o Plano de Metas, quanto a expansão econômica dos anos 70, pois nesses momentos tiveram os maiores influxos de capital estrangeiros para o país.

Gráfico 3 – Brasil: Formas de Entrada de IDE (1965-1985) – em US\$ Milhões



Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

Assim, tanto no Governo de Juscelino Kubitschek quanto no Governo Militar houveram mudanças institucionais para atração do capital estrangeiro. As transformações estruturais internas proporcionaram um nivelamento da indústria brasileira ao paradigma metalomecânico-químico, no entanto, a indústria nacional se desenvolveu acompanhada pelo aumento da dependência nacional ao capital dos países centrais.

Para Cardos e Faletto (1984, p.123), a dependência e o desenvolvimento não podem ser considerados como antagônicos, mas sim, processos simultâneos. Nesse caso, enquanto o ingresso de capitais estrangeiros acontece simultaneamente com a substituição de importação, não chega a ser percebido como “um problema essencial para o desenvolvimento”, já que proporciona novos campos de investimento para o setor industrial, de forma que vão sendo produzidas, internamente, partes e componentes dos produtos, passando assim a importar apenas produtos que contenham tecnologia mais avançadas ou inexistentes no país.

Entretanto, como reconhece Goldenstain (1994), as transformações mundiais ocorridas após 1970 apresentaram uma situação mais complicada do que aparentava ser. As mudanças tecnológica (paradigma microeletrônico), financeira e produtiva, não permitiram a continuidade do mesmo padrão de financiamento apoiado em capitais externos para os países periféricos, anulando as condições que proporcionavam dinamismo pra vários desses países.

Então, o Brasil entra na década de 1980, nesse contexto de estagnação econômica em conjunto com o surgimento de um novo paradigma tecnoeconômico.

4 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL APÓS 1980

A década de 1980 foi representada por importantes transformações no capitalismo internacional, com extremas mudanças nas suas bases tecnológicas, produtiva, comercial e financeira. Em alguns setores, poucas empresas passaram a concentrar a concorrência mundial. Processo que Goldenstein (1994, p. 101) afirma ser mais do que internacionalização, isto é, esse é um processo de **globalização** “com interpenetração de atividades econômicas e economias nacionais a tal ponto que a lógica territorial dos Estados se encontra desestabilizada e alguns de seus instrumentos de ação tradicionais tornaram-se obsoletos”.

O Brasil, ao logo da década de 1980, apresentou complicações nos seus índices macroeconômicos, a relação Dívida Externa/Exportação atingiu o maior valor desde o período Pós-Guerra, chegando a 4,55 em 1986. Também apresentou a maior variação negativa do PIB desde 1945 (-4,25% em 1981), elevadas taxas de inflação, além do atraso tecnológico e ruptura do financiamento externo. A ortodoxia convencional, Consenso de Washington, apontou como as causas para a crise latino-americana, e conseqüentemente para a brasileira, como sendo:

a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido no protecionismo (o modelo de substituição de importação), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido na incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto no setor privado quanto do setor público (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 5).

Conforme Bresser-Pereira (1991), para o Consenso de Washington seria suficiente estabilizar a economia, liberaliza-la, e privatiza-la para o país retornar ao desenvolvimento. A sobreposição da crise interna com o consenso ideológico no plano internacional, favorável a estratégias políticas de cunho neoliberal como saída para o desenvolvimento, ajuda a entender a escolha das reformas econômicas praticadas no início da década de 1990.

É possível caracterizar a política econômica vigente na região, desde o início dos anos 1990, a partir de três grandes vetores: a política de **abertura comercial**, compreendendo além dessa última a desregulação do IDE e privatizações cuja justificativa era a ampliação da concorrência e conseqüente aumento da produtividade; a política de **abertura financeira**, cujo objetivo, no que tange aos fluxos de capitais era ampliar o acesso à poupança externa, e no **âmbito das instituições**, alargar presença de bancos estrangeiros e, por meio desta, acirrar a concorrência, reduzir os custos de financiamento e ampliar seus prazos (CARNEIRO, 2008, p.19-20, grifo nosso).

Segundo Carneiro (2008), a interpretação feita pelo Banco Mundial em 1991⁵ aponta que os países em desenvolvimento que lançaram mão das estratégias como “liberalização e maior exposição às forças do mercado, como mecanismos de alocação de recursos, tiveram maior sucesso” (CARNEIRO, 2008, p.5).

No entanto, conforme Carneiro (2008), tal interpretação não explica o caso de sucesso asiático baseado em elevado protecionismo. Para o autor, aspectos decisivos dos anos 1980 ajudam compreender a nova fase de desenvolvimento capitalista, como os condicionantes colocados pela ordem internacional ao desempenho da economia brasileira.

Assim, esse capítulo tem como objetivo apresentar um panorama dos acontecimentos a partir da década de 1980, buscando explicar como os fatores (internos e externos) ocorridos nessa década limitaram o desenvolvimento econômico nacional, levando o país ao crescente atraso tecnológico. O capítulo foi dividido da seguinte maneira: Seção 4.1 se destina a explicação dos acontecimentos que deixaram a década de 1980 conhecida com “década perdida”. A seção 4.2 apresenta a reorientação dos fluxos mundiais de IDE após os anos 1980. A seção 4.3 expõe as mudanças na concentração setorial de IDE no Brasil. Na seção 4.4 é apresentado como as políticas liberalizantes dos anos 1990, assim como as mudanças no comportamento do IDE, resultaram num processo de especialização regressiva da indústria nacional. A última seção (4.5) do capítulo desenvolve uma síntese conclusiva.

4.1 A DÉCADA PERDIDA

O endividamento externo, que vinha crescendo após o golpe militar em 1964, teve sérias complicações com a interrupção dos financiamentos via bancos privados europeus, proporcionados pelos “petrodólares”. Em 1981, pela primeira vez na história do período pós-guerra, o PIB nacional declinou e o Brasil enfrentou sua primeira recessão nos anos 1981-83.

Segundo Moraes (2003), os Estados Unidos – país mais importante nas intermediações financeiras – apesar de ser o principal receptor dos superávits da OPEP, não reduziu as taxas de juros do país, nem disponibilizou mais recursos para os países em desenvolvimento, mesmo com o aumento da oferta monetária. Muito pelo contrário, segundo o autor, o risco de moratória dos países devedores, fez com os bancos internacionais optassem por investimentos de maior rentabilidade e menor risco. Dessa forma, os países em desenvolvimento estavam sujeitos a empréstimos à taxas de juros elevadas.

⁵ World Development Report

Cruz (2008) destaca o processo de estatização da dívida externa brasileira, dividindo-o em dois importantes momentos. O primeiro se refere ao período concedido entre o primeiro e o segundo choque do petróleo, quando as empresas estatais foram responsáveis pela utilização massiva de empréstimos estrangeiros privados, tanto que os recursos do BNDE acabaram sendo direcionados, quase que exclusivamente, para o setor privado nacional. O segundo momento, caracteriza o período pós-segundo choque do petróleo, quando o Banco Central passou a ser

[...] depositário crescente de passivos denominados em moedas estrangeiras, seja através da transferência maciça de dívidas velhas, contratadas originalmente pelo setor privado, seja através dos depósitos de projetos oriundos da sistemática de negociação instituída em 1982, após a interrupção das linhas voluntárias de crédito. (CRUZ, 1995, p.125).

Com o aumento da taxa de juros no início dos anos 1980, as dívidas dos empréstimos, feitos a taxas de juros flutuantes, elevaram-se consideravelmente. Conforme Moraes (2003), a taxa de juros dos Estados Unidos chegou a 22% em 1981, obrigando os países desenvolvidos a elevar suas taxas também, para não verem suas moedas desvalorizarem perante o dólar, assim, os empréstimos antes feitos a taxas de juros negativas, agora deveriam ser pagos a taxas de juros altíssimas.

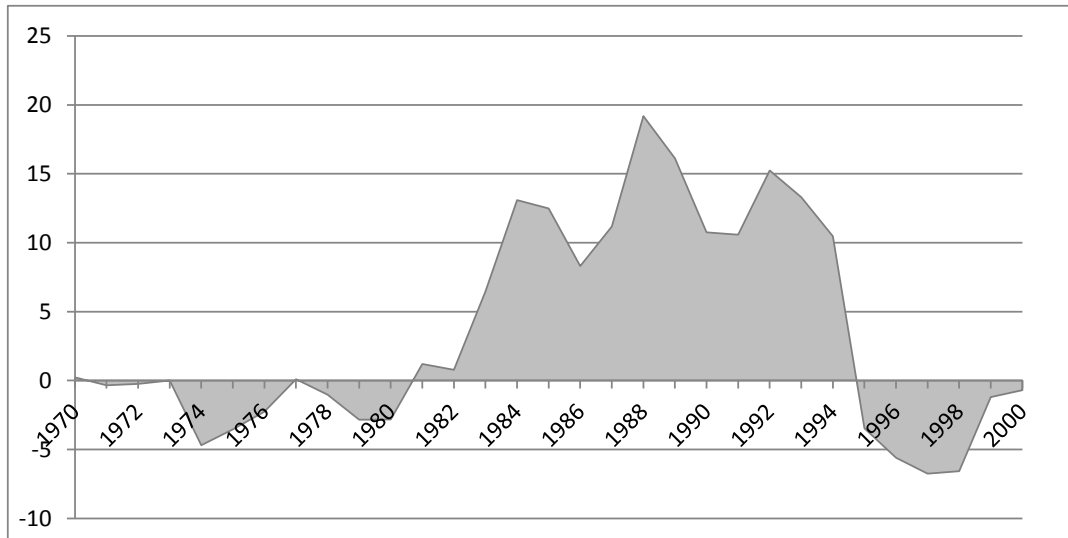
É importante considerar que o setor público continuou contraindo, ainda mais, empréstimos nesse período, chegando a aproximadamente 90% dos empréstimos em moeda em 1984-85 (CRUZ, 1995). No entanto, o aumento dos juros e as desvalorizações de câmbio causaram forte impacto nas empresas estatais fortemente endividadas em moeda estrangeira, ao passo que as empresas privadas não sofreram tais consequências.

Submetidas, uma vez mais, a restrições impostas pelo governo central, tais empresas [estatais] tornaram-se prisioneiras de uma situação patrimonial e de liquidez crescentemente deteriorada enquanto as empresas de capital privado, notadamente as filiais de grandes grupos estrangeiros e a voltadas à exportação, tornavam-se aplicadoras líquidas em ativos financeiros, as empresas estatais [...] foram empurradas rumo à inadimplência generalizada. (CRUZ, 1995, p.132).

Na primeira metade da década de 1980, a transferência de recursos reais para o exterior, marcou expressivos superávits comerciais, ao mesmo tempo em que devastou as finanças do governo e das empresas estatais. Para Cruz (1995) havia a dicotomia: “encargos da dívida externa de responsabilidade eminentemente pública (estatização da dívida) e saldos de exportação gerados essencialmente pelo setor privado” (CRUZ, 1995, p.138). O resultado

da balança comercial pode ser visto no Gráfico 4. Entre 1983 e 1994 o país teve superávits comerciais acima de US\$ 5 bilhões, chegando a quase US\$ 20 bilhões em 1988.

Gráfico 4 – Brasil: Saldo da Balança Comercial (1970-2000) – em US\$ Bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

A crise fiscal e financeira do Estado nos anos 1980 acentua a incompatibilidade da ação estatal, modelo pós-guerra, com as necessidades do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que impossibilita, no curto prazo, políticas econômicas e sociais que proporcionem um crescimento econômico e possibilite a inserção internacional. Nesse contexto de estagnação econômica, a década de 1980 ficou conhecida como “a década perdida”.

Todavia, essa tendência à recessão não é um caso específico brasileiro, Carneiro (2008) a considera como uma “tendência generalizada do mundo capitalista de então”, refletindo na lentidão do progresso técnico e a exaustão de um padrão tecnológico advindo da segunda revolução industrial (CARNEIRO, 2008, p.10).

As mudanças ocorridas nesse período foram fundamentais na definição do caminho que a economia nacional tomaria na década de 1990. O direcionamento dos fluxos de investimento direto estrangeiro, tanto em ordem nacional quanto mundial, são essenciais para entender a nova dinâmica da economia internacional. Por se tratar do objeto de estudo deste trabalho, o tema será explanado com mais detalhes nas próximas duas seções, com intuito de buscar explicações para o fato do Brasil não ter voltado ao mesmo nível de desenvolvimento tecnológico alcançado no período 1950-1970.

4.2 REORIENTAÇÃO MUNDIAL DOS FLUXOS DE IDE

Além do dramático caso de estagnação econômica e do processo inflacionário no Brasil, e em outros países da América Latina, na década de 1980 estabeleceu-se um novo padrão de conexão internacional, que, nas palavras de Goldenstein (1994, p.116), foi de uma “perversidade dolorosa”. Com as mudanças no sistema financeiro internacional, o financiamento internacional passou a não ser compatível com as necessidades brasileiras, assim como as de outros países latino-americanos.

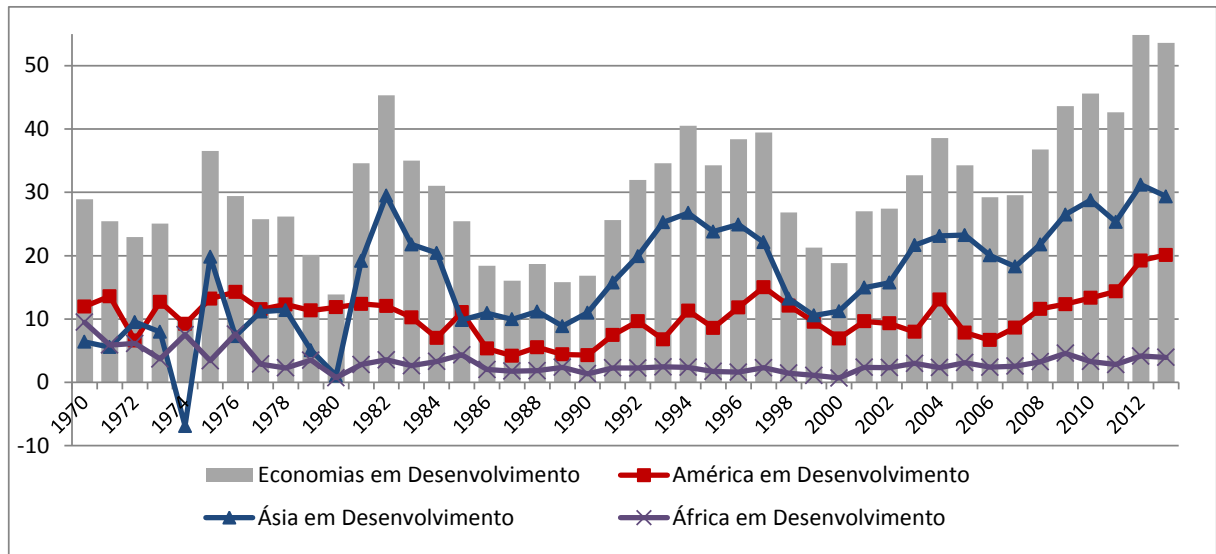
Não que não existam fluxos de capital se dirigindo para estes países. Pelo contrário, vários países da América Latina têm recebido fluxos importantes de capital. O problema é que capital é esse, para onde se dirige, qual a sua dinâmica e, fundamentalmente, qual o seu impacto nas economias desses países. (GOLDENSTEIN, 1994, p.116, grifo da autora).

Assim, no plano internacional, a década de 1980 representou um aumento dos fluxos de investimento direto. Goldenstein (1994) aponta que não houve apenas a retomada dos investimentos, mas também a intensificação de sua importância nas relações econômicas internacionais.

No entanto, tão importante quanto o aumento dos fluxos de investimento direto é a direção que estes fluxos tomaram. Os fluxos de investimento direto para países em desenvolvimento cresceram a uma taxa média anual de 31% ao ano entre 1970-79, resultado bem superior ao crescimento médio anual dos fluxos para os países desenvolvidos (17%) e do crescimento médio anual do fluxo mundial total (14,7%) para o mesmo período. Como pode ser observado no Gráfico 5, até a década de 1970, dos países em desenvolvimento, os americanos (América Latina e Caribe) concentravam a maior parte dos fluxos mundiais de IDE, a partir de meados da década de 1980, os países da Ásia em desenvolvimento passaram a serem os maiores receptores.

A América em desenvolvimento tinha na década de 1970 uma participação média de 11,7% nos fluxos mundiais de IDE, caiu para 10,7% em 1980-84 e para 6,1% em 1985-89, se comparado ao total destinado aos países em desenvolvimento o percentual fica em 50%, 39% e 31% respectivamente. Já a Ásia em desenvolvimento representava 7,7% dos fluxos totais de IDE na década de 1970, 18% na primeira metade da década de 1980 e 10% na segunda metade, ultrapassando assim a América em desenvolvimento sendo a região que mais recebe fluxos de IDE dentre os países em desenvolvimento.

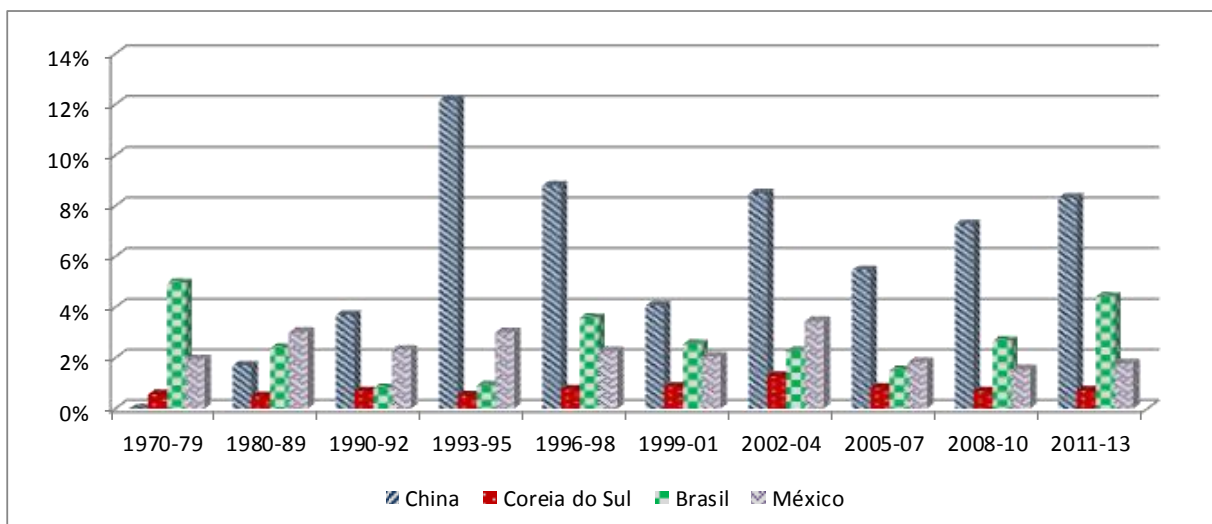
Gráfico 5 – Distribuição dos Fluxos de IDE (1970-2012) – % do Fluxo Total



Fonte: UNCTADSTAT (2014). Elaborado pela autora

Em 1980 a economia brasileira era a sétima colocada no ranking dos maiores receptores de IDE, enquanto em 1990 estava no décimo primeiro lugar (MORAES, 2003). O Gráfico 6 apresenta os fluxos de IDE para a China, Coreia do Sul, Brasil e México. Como pode ser visto, na década de 1970, os países da América em desenvolvimento tinham um importante destaque no recebimento dos fluxos mundiais de IDE.

Gráfico 6 – Países selecionados: Fluxo de IDE (1970-2013) – % Fluxo Total



Fonte: UNCTADSTAT (2014). Elaborado pela autora.

O Brasil teve uma média de ingresso de aproximadamente 5% ao ano dos fluxos totais mundiais durante toda a década de 1970, enquanto a China, a Coreia do Sul e outros países asiáticos em desenvolvimento não chegaram a 1%. A partir de 1980, os países em

desenvolvimento da Ásia, especialmente a China após a sua abertura econômica, começaram a apresentar crescimento na entrada de recursos externos. Ainda no início da década de 1990 a China já passou a ter superioridade nos fluxos, chegando a receber em média 12% dos fluxos mundiais ao ano em 1993-95, desde então, é o maior destino dos investimentos diretos para países em desenvolvimento.

Essa reorientação dos investimentos diretos representa uma nova estratégia de crescimento das empresas transnacionais no final dos anos 1980, de modo que a “tríade” - Estados Unidos, Comunidade Econômica Europeia e Japão – recebeu 80% tanto dos fluxos quanto dos estoques de IDE nesse período (GOLDENSTEIN, 1994).

Carneiro (2008) faz uma análise mais aprofundada sobre o novo padrão de concorrência que surgiu com a globalização. Nos países centrais, emergiu uma nova governança das empresas com base na maximização tanto dos lucros quanto dos dividendos, gerando implicações sobre a natureza e as formas de IDE. Para os países em desenvolvimento participarem desse processo, precisavam de um reestruturamento industrial, assim, segundo o autor, a principal forma para os segmentos de menor intensidade de progresso técnico se adaptarem a esse novo padrão, era por meio de Fusões e Aquisições (F&A).

Dessa forma, Carneiro (2008, p.15) explica que a concentração de IDE nos países desenvolvidos se deve a predominância das F&A, de forma que quando estes investimentos se dirigem para os países periféricos não apresentam “impactos significativos na diferenciação da estrutura produtiva, no progresso tecnológico e na maioria dos casos, nas exportações”.

Na década de 1990, o Brasil começa um amplo processo de liberalização econômica e desregulamentação dos investimentos diretos estrangeiros, para poder ter acesso a essa nova janela de liquidez, e conseqüentemente, conseguir reestruturar o parque industrial nacional para níveis mais avançados, inicia-se, assim, um novo processo de internacionalização da economia brasileira. No entanto, como apontado por Carneiro (2008, p. 33), “tanto o IDE quanto as F&As deram origem a profundas mudanças na estrutura da propriedade das empresas, mas paradoxalmente, não deram ensejo a um desempenho expressivo do investimento produtivo”.

Com o retorno à rota dos investimentos, os países emergentes receberam quase 1/3 dos fluxos totais de IDE na década de 1990, o que representou um importante avanço em relação aos valores conseguidos na década de 1980. No entanto, como será apresentado na próxima seção, esse aumento de IDE não resultou na transformação industrial esperada.

Como pôde ser visto no Gráfico 6, o Brasil começa a década de 1990 com baixos níveis de participação nos fluxos de IDE, elevando essa participação na segunda metade da

década, principalmente entre 1996-98 - período de maior concentração das privatizações. Enquanto a China já começa a referida década em patamares elevados de participação nos fluxos de IDE, aumentando até a metade da década e depois reduzindo.

Mesmo com a redução da participação relativa nos fluxos ao longo da década, a Ásia em desenvolvimento ainda apresentou uma participação maior do que a América em desenvolvimento. Isso porque os países asiáticos tiveram um processo de internacionalização diferente dos latino-americanos após 1980, quando nestes o ingresso de IDE se deu principalmente por meio de F&A, na Ásia resultou em investimentos produtivos. A dinâmica de desenvolvimento tecnológico nos países asiáticos ajuda a entender como esses países conseguiram um desempenho econômico superior ao latino-americano.

Como apresentado por Palma (2004), o extraordinário desempenho do Japão a partir de meados década de 1960, conquistado principalmente pela abertura dos mercados da OCDE para suas exportação, impulsionou o crescimento de outros países asiáticos em um processo de internacionalização descrito pela metáfora dos “gansos voadores”⁶. O Japão, por ser o país mais industrializado, seria o “ganso líder”, assim, quando o Japão parte para uma nova onda de desenvolvimento tecnológico, há um transbordamento da tecnologia anterior pra os Países Recentemente Industrializados - NIC⁷.

Assim, “a capacidade produtiva das exportações é transferida sucessivamente do Japão para os NICs-1, em seguida dos NICs-1 [1ª Geração: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura] para os NICs-2 [2ª Geração: Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas], a China e outros países asiáticos”. Quando o “ganso líder” se afastava do bando, os gansos que vinham atrás iam assumindo o seu lugar sequencialmente, como a forma de voo em “V” dos gansos voadores (PALMA, 2004, p, 430); (AREND, 2013).

Quanto à América Latina, segundo Palma (2004), não se apresenta características semelhantes com o tipo de industrialização dos “gansos voadores”. Como colocado por Arend (2013, p.67) a dinâmica de integração dos países latino-americanos se relaciona mais com a metáfora dos “patos imóveis”, “um alvo fácil e extremamente vulnerável a ataques competitivos em um ambiente de mudança técnica”.

Além dessa dinâmica diferenciada de desenvolvimento tecnológico dos países asiáticos, também pode-se considerar os elevados investimentos em capital humano feitos por estes países nos setores de alta tecnologia. Até meados da década de 1990 o Brasil e a China detinham aproximadamente 2% do valor agregado mundial de bens de alta intensidade

⁶ Termo criado pelo economista japonês Akamatsu.

⁷ Sigla do termo em inglês Newly Industrialized Countries.

tecnológica, a partir de então, a China ampliou sua parcela do mercado internacional desse setor para 14% em 2007, já o Brasil apresentou ligeira redução na sua participação. Segundo Pacheco (2011), uma importante justificativa para esse crescimento acelerado do país asiático é o crescimento dos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), que, entre 1999 e 2009, passou de 0,9% do PIB para 1,7%, enquanto o Brasil neste mesmo período passou de 1,0% do PIB para 1,2%. Ao levar em conta que o PIB chinês triplicou nesse período e o brasileiro cresceu pouco mais de 60%, o crescimento do gasto da China foi muito maior.

Mas a diferença não se deu apenas com relação à participação de cada país nos fluxos totais de IDE, também houve diferença na maneira como evoluiu o setor industrial de cada país, tanto em relação aos países em desenvolvimento quanto em relação aos países desenvolvidos. Segundo Arend (2009), os países que se adaptaram ao novo paradigma tecnoeconômico, microeletrônico, apresentaram melhor desempenho. Assim, a próxima seção aborda com maiores detalhes as causas dessa diferença de desempenho entre os países.

4.3 CONCENTRAÇÃO SETORIAL DE IDE

Outro importante aspecto das mudanças ocorridas em 1980 se refere à concentração setorial dos investimentos estrangeiros. Conforme Curado e Cruz (2012), em 1980 a indústria de transformação tinha 74,4% do estoque total de capital estrangeiro no país (US\$ 13 bilhões), já em 1990 essa participação caiu para 69,08% (US\$ 25,7 bilhões). Enquanto isso, o setor de serviços foi ganhando notoriedade, em 1980 sua participação no estoque total de IDE era de 19,6% (US\$ 3,4 bilhões), ao passo que em 1990 detinha um percentual 24,9% (US\$ 9,2 bilhões). Mesmo continuando como o principal componente do estoque de IDE no país, a indústria de transformação apresenta uma tendência decrescente na participação no fluxo e estoque de IDE, sendo que em 1994 sua participação já havia caído para 51,2%.

Para Curado e Cruz (2012), é preciso destacar dois pontos sobre a elevação da participação do setor de serviços no estoque total de IDE na década de 1980.

Em primeiro lugar, o fenômeno marca uma alteração relevante no padrão de inserção do capital produtivo no Brasil.

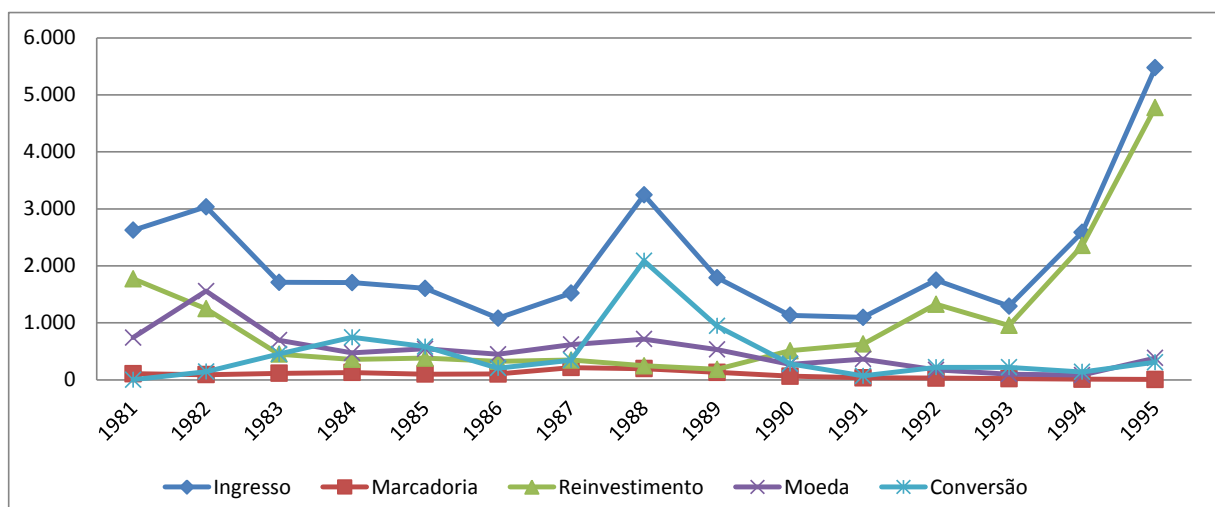
[...]

Em segundo lugar, é importante notar que a tendência de perda relativa dos investimentos estrangeiros nas atividades industriais e o concomitante aumento da participação do setor de serviços verificada nos anos 1980 foi aprofundada a partir de meados dos anos 1990. (CURADO; CRUZ, 2012, p.291).

No primeiro ponto, os autores se referem às mudanças com relação aos 25 anos anteriores. Entre 1955 e 1980, as inversões de IDE foram concentradas nos principais setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalomecânico-químico, como é o caso da indústria manufatureira. Curado e Cruz (2012) comparam a preferência pelo setor de serviços a partir da década de 1980, com os interesses do capital estrangeiro no período pré-industrialização pesada da economia brasileira, já que naquele momento (1860-1933), os investimentos estrangeiros se concentravam nas atividades de serviços ligados à importação e exportação do setor cafeeiro. Sobre o segundo ponto, Curado e Cruz (2012) apontam para os resultados de 1998, quando o setor de atividades industriais respondeu por 11,9% dos fluxos de IDE, ao passo que o setor de serviços concentrava 87,5% dos fluxos de investimentos estrangeiros no país (CURADO; CRUZ, 2012, p.291).

Outro importante aspecto sobre a entrada de IDE na década de 1980, destacado por Curado e Cruz (2012), refere-se à chamada “financeirização” dos IDEs, feita na forma de conversão de dívidas em ações, o que faz com que o nível de IDE seja elevado, sem a respectiva entrada de novos investimentos nos países. Conforme relatórios do Banco Central do Brasil referente à entrada de IDE, 64% dos investimentos diretos na economia brasileira no ano de 1988 se deram pela forma de conversão, se considerar o período 1980-1995, então 20% dos fluxos de deram por essa forma, o que significa que a aparente recuperação dos fluxos de IDE entre os anos 1988-89, na verdade foi resultado da conversão e não de novos investimentos. A evolução das formas de entrada de IDE pode ser visto no Gráfico 7.

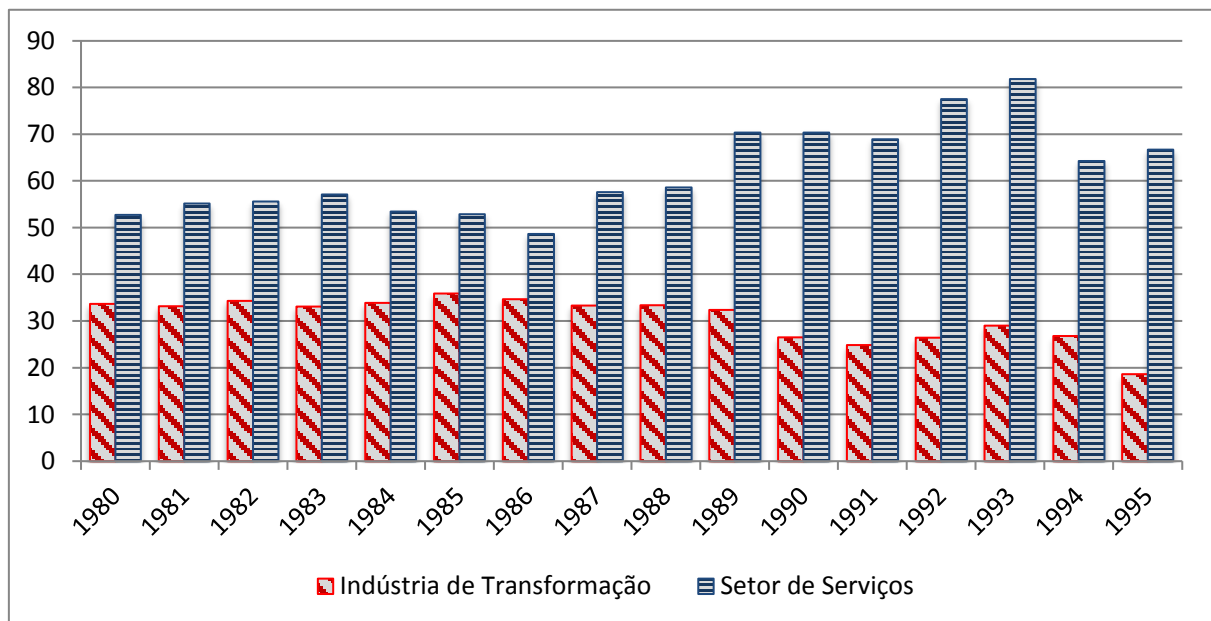
Gráfico 7 – Brasil: Formas de Entrada de IDE (1980-1995) – em US\$ Milhões



Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

No plano interno, as condições de acumulação também representavam um papel importante para explicar o comportamento dos investimentos diretos no país. A perda de importância relativa da indústria de transformação e o crescimento do setor de serviços podem ser analisados no Gráfico 8. A participação da indústria no PIB cai de 34,7% em 1986 para 24,9% em 1991, ao passo que o setor de serviços aumenta sua participação no PIB, saindo de 48,7% em 1986, indo para 68,9% em 1991 e chegando a 81,8% em 1993.

Gráfico 8 – Brasil: Indústria de Transformação e Setor de Serviços (1980-1995) – % PIB



Fonte: IBGE (2014). Elaborado pela autora.

Por conseguinte, as condições internas também foram mais favoráveis ao desenvolvimento no setor de serviços. Para Curado e Cruz (2012), o colapso financeiro do Estado no início dos anos 1980, que juntamente com o capital privado nacional e o capital estrangeiro formavam o tripé de sustentação do processo de industrialização, “limitou substancialmente a possibilidade de expansão da infraestrutura econômica e da indústria de insumos básicos, elementos fundamentais para a expansão dos investimentos privados (nacionais e estrangeiros) no setor industrial” (CURADO; CRUZ, 2012, p.294).

O processo de concentração setorial de IDE que já vinha ocorrendo na década de 1980 se intensificou nos anos 1990 com o processo de internacionalização produtiva. Laplane e Sarti (2002) fizeram um estudo aprofundado sobre o desfecho desse processo para a economia brasileira, na próxima subseção serão apresentados os principais resultados encontrados pelos autores.

4.3.1 Internacionalização Assimétrica

Na década de 1990 o Brasil se tornou o principal polo de atração de IDE da América Latina, principalmente na segunda metade da década. Em 1996 o fluxo líquido de IDE chegou a US\$ 10,8 bilhões no Brasil, ao passo que em 1995 foi de US\$ 4,4 bilhões. Esse crescimento extraordinário nos fluxos de IDE de um ano para outro é facilmente explicado pelo aumento significativo no grau da internacionalização a partir de 1996.

Segundo Laplane e Sarti (2002, p.65), houve dois principais meios de internacionalização produtiva no Brasil, um deles foi a internacionalização patrimonial e o outro, da produção. Na concepção dos autores, ambas as formas de internacionalização se apresentaram assimetricamente. A internacionalização patrimonial pôde ser considerada como um processo de desnacionalização, pois “a transferência da propriedade de empresas nacionais para estrangeiros ultrapassou de longe a aquisição de ativos no exterior, por brasileiros” e a internacionalização da produção resultou em uma fraca ampliação da parcela de produção nacional exportada e uma intensa expansão do conteúdo importado para o setor produtivo.

As características da entrada do IDE determinam sua contribuição para o crescimento, assim Laplane e Sarti (2002) analisam a composição dos investimentos estrangeiros na década de 1990 e percebem que uma importante parcela do investimento foi destinada para a aquisição de ativos já existentes. A Tabela 6 contém os dados apresentados pelos autores.

Tabela 6 – Brasil: Relação F&A/IDE (1990-2001) – em %

Fusões & Aquisições/IDE	1990/95	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Brasil	27,5	60,6	63,5	101,8	32,7	70,2	31,20
Privatizações/IDE	n.d.	24,5	27,6	21,2	30,7	20,4	5
Privatizações/F&A	n.d.	40,5	43,5	20,8	93,9	29	15,4

Fonte: Laplane e Sarti (2002, p.66).

A maior parte das privatizações que se deram por meio de Fusões e Aquisições foram, principalmente, de empresas públicas (indústrias e serviços públicos, como energia elétrica e telecomunicações). Já em relação à participação dos investimentos diretos, 30,7% do IDE líquido, em 1999, destinou-se à privatização, investimento que, segundo Laplane e Sarti (2002), não contribuem para o crescimento do produto.

Diferentemente do IDE destinado à construção de novos ativos, aquele orientado a compra de ativos já existentes, público ou privados, não pode ser caracterizado como investimento no sentido macroeconômico. Nesses casos, a relação do IDE com o crescimento do produto é, na melhor das hipóteses, indireta. (LAPLANE E SARTI, 2002, p.69).

Seria necessário que o novo proprietário (estrangeiro) fizesse investimentos adicionais, para ter crescimento do produto, pois, como já apresentado, a aquisição de uma empresa existente, por si só, não garante esse crescimento.

Para avaliar a contribuição das empresas estrangeiras nas exportações brasileiras, Laplane e Sarti (2002) analisam os fluxos de importação e exportação das 500 maiores empresas privadas brasileiras nos anos 1989, 1992, 1997, 2000, dividindo-as entre filiais estrangeiras e empresas nacionais. Os resultados encontrados (Tabela 7) mostram que as filiais estrangeiras não apresentaram aumento das exportações tão significativo quanto foi o aumento das importações, principalmente em 1997 e 2000, nestes últimos anos, quando ocorreu o *boom* da internacionalização, a participação das empresas nacionais no saldo total foi significativamente superior.

Tabela 7 – Fluxo de comércio exterior das Empresas Estrangeiras (EE) e das Empresas Nacionais (EM) nas 500 maiores empresas da Economia Brasileira – em US\$ Milhões

		EE	EN	Total 500
1989	Exportações	5.931,9	6.341,5	12.273,4
	Importações	2.665,3	2.367,8	5.033,1
	Saldo	3.266,6	3.973,7	7.240,3
1992	Exportações	7.608,8	9.092,4	16.701,2
	Importações	3.692,0	3.160,9	6.852,9
	Saldo	3.916,8	5.931,5	9.848,3
1997	Exportações	13.576,1	11.922,1	25.498,2
	Importações	13.398,8	7.841,4	21.240,2
	Saldo	177,3	4.080,7	4.258,0
2000	Exportações	13.413,5	13.985,4	27.398,9
	Importações	12.638,2	6.171,7	18.809,9
	Saldo	775,3	7.813,7	8.589,0

Fonte: Laplane e Sarti (2002, p.76).

Assim, como Laplane e Sarti (2002) concluem, não há uma diferença significativa entre as empresas estrangeiras e as empresas nacionais com relação às exportações, isto é, as expectativas de que existiria diferença de propensão a exportar entre empresas estrangeiras e empresas nacionais não se confirmaram. Ao passo que, se comparar os dados relativos às

importações entre os dois grupos de empresas, pode-se concluir que existe diferença entre as empresas estrangeiras e as nacionais, de forma que as primeiras têm uma propensão a importar muito maior do que as empresas nacionais.

As filiais brasileiras de empresas estrangeiras não exportavam proporcionalmente mais do que as empresas nacionais de tamanho comparável e que atuam no mesmo setor. No que tange às importações, as filiais estrangeiras tinham propensão a importar significativamente maior (em 1997 e 2000) do que as empresas nacionais do mesmo porte e setor (LAPLANE E SARTI, 2002, p.79).

Em análise mais aprofundada sobre as estratégias das filiais das empresas estrangeiras, Laplane e Sarti (2002, p.88-89) constataram que essas filiais foram responsáveis pela exportação de produtos intensivos em escala, produtos de fornecedores especializados e produtos intensivos em P&D para os países da América do Sul. Os produtos intensivos em recursos naturais eram exportados principalmente para os países sedes das empresas (União Europeia, NAFTA, Ásia), enquanto importava desses, insumos e componentes de maior valor agregado.

Assim sendo, as exportações de produtos de maior valor agregado para os países da América do Sul justificam a baixa participação das filiais estrangeiras no comércio exterior brasileiro, já que dependem de “mercados de dimensões reduzidas, se comparados aos mercados dos países desenvolvidos e, de modo geral, sujeitos aos mesmos problemas de vulnerabilidade externa que afetam o Brasil” (LAPLANE E SARTI, 2002, p.88).

A estratégia das filiais das empresas estrangeiras no Brasil acabou aprofundando a concentração dos investimentos diretos no setor de serviços. Segundo dados dos Censos de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil, em 1995 a indústria concentrava aproximadamente 2/3 do estoque de capital produtivo estrangeiro no Brasil, enquanto no ano de 2000 detinha apenas 1/3 dos estoques (Tabela 8).

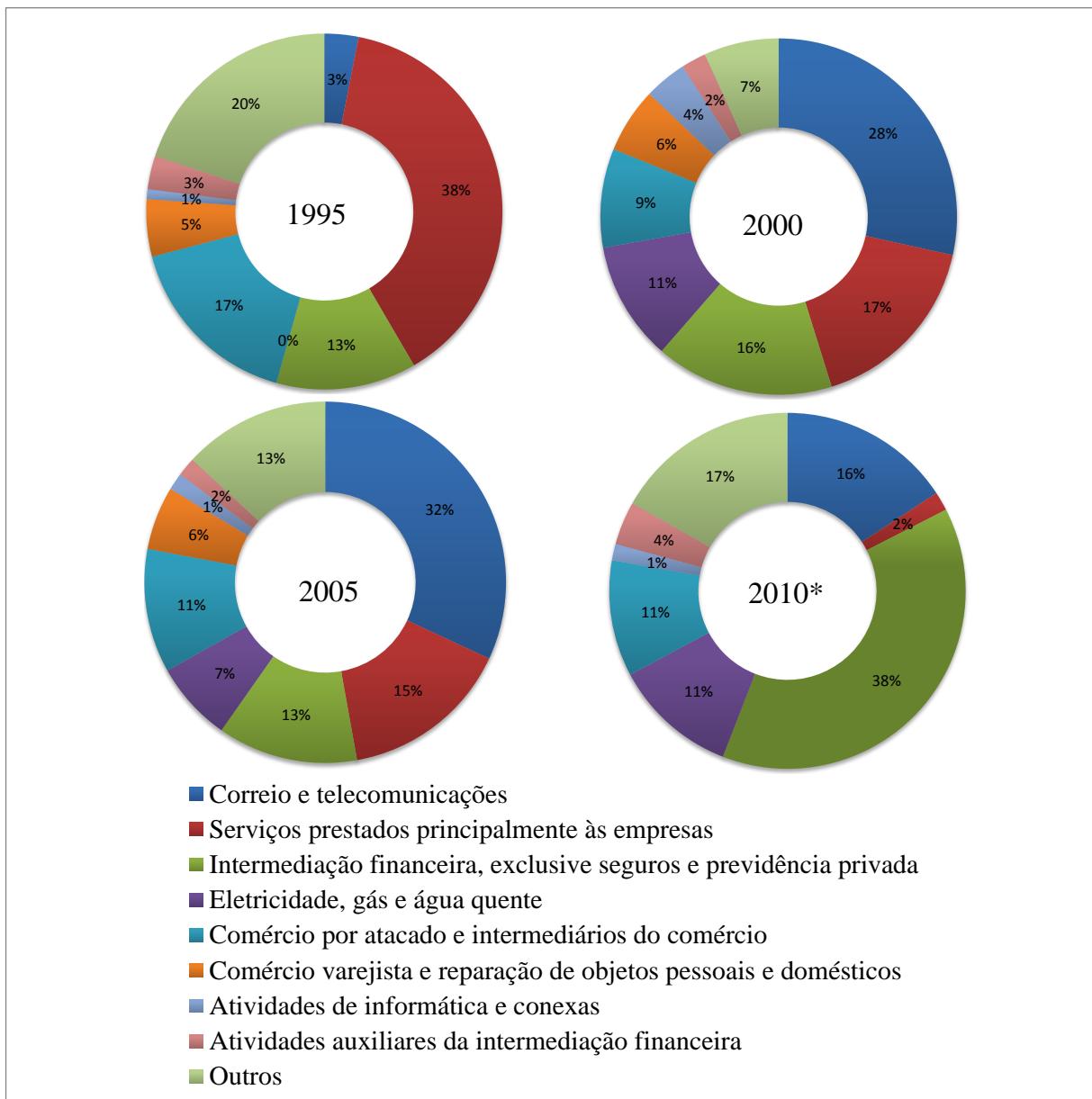
Tabela 8 – Brasil: estoque de IDE por setor de atividade – em US\$ Milhões

Atividade Econômica	1995	%	2000	%	2005	%	2010	%
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	925	2,2	2.401	2,3	5.891	3,6	92.775	15,8
Indústria	27.907	66,9	34.726	33,7	53.763	33,1	236.376	40,3
Serviços	12.864	30,9	65.888	64,0	102.820	63,3	258.058	43,9
Total	41.696	100	103.015	100	162.474	100	587.209	100

Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

Os resultados apresentados no censo de 2005 não mostraram grandes mudanças, com relação aos resultados de 2000, na participação do setor industrial e do setor de serviços no estoque total de IDE, no entanto em 2010 pode ser visto um aumento expressivo do setor de Agricultura, pecuária e extrativa mineral, chegando a quase 16% do estoque total, o qual até então tinha chegado ao máximo em 3,6%.

Gráfico 9 – Brasil: Distribuição do Estoque de IDE por Atividade Econômica do Setor de Serviços – 1995, 2000, 2005 e 2010 – em % Total Serviços



Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

*Mudanças na nomenclatura das atividades para o censo de 2010. Comércio por atacado e comércio varejista passaram a ser considerados como uma única atividade de comércio.

O Gráfico 9 apresenta as mudanças da distribuição do estoque de IDE nos setores de serviços. Em 1995, 38% do estoque de IDE do setor de serviços se concentravam na atividade de Serviços prestados principalmente às empresas, enquanto que em 2000 e 2005 a principal atividade concentradora do estoque de IDE foi Correio e telecomunicações, com 28% em 2000 e 32% em 2005, em 1995 essa atividade representava 3% do estoque de IDE do setor de serviços.

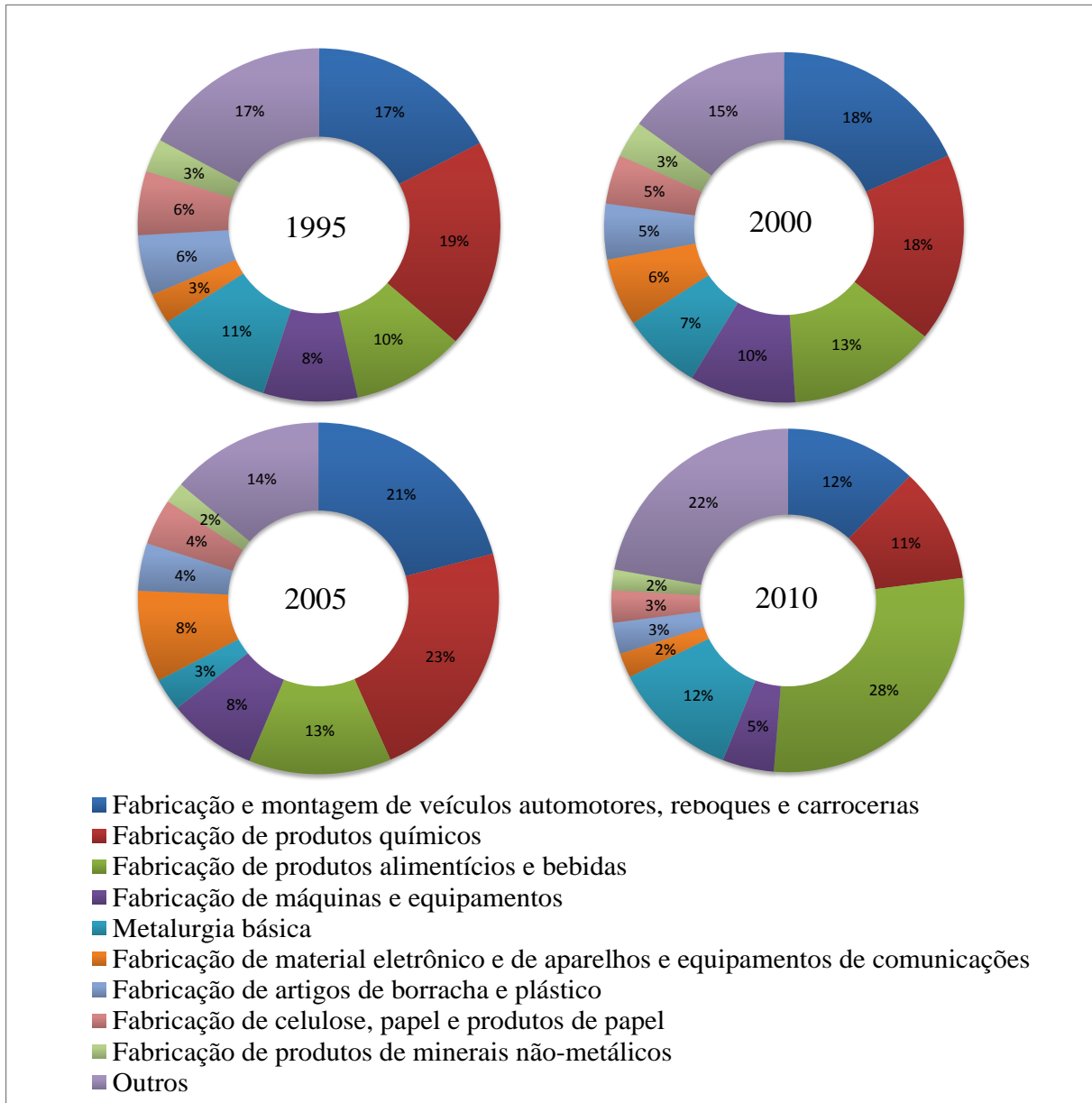
Em 2010, 38% do estoque de IDE no setor de serviços se concentrava na atividade de Intermediações financeiras e 18% na atividade de Telecomunicações. O setor de Eletricidade, gás e água quente que, praticamente, não estava na rota do investimento direto estrangeiro até 1995, tornou-se o quarto principal destino desses investimentos nos cinco anos seguintes, concentrando 11% do estoque de IDE que foi direcionado para o setor de serviços em geral em 2000, reduzindo para 7% em 2005 e voltando a ter 11% em 2010.

Já o setor industrial apresentou pequenas mudanças quanto a alocação do estoque de IDE por atividade econômica entre 1995 e 2005, os cinco setores com maior concentração do IDE direcionado à indústria em 2000, eram os mesmo de 1995 (Gráfico 10), são eles: Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de produtos alimentícios e bebidas; Fabricação de máquinas e equipamentos; e Metalurgia básica.

Para 2005, os setores de Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias e Fabricação de produtos químicos aumentaram sua participação no estoque de IDE para a indústria e o setor de Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação substituiu o setor de Metalurgia básica na quinta posição, o primeiro passou de 6% (2000) para 8% (2005) enquanto o segundo caiu de 7% para 3%.

O aumento da concentração de estoque de IDE no setor de Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação poderia representar uma iniciação da indústria brasileira no paradigma tecnoeconômico da microeletrônica, entretanto, os resultados apresentados no censo de 2010 não corroboraram esta expectativa. Apenas 2% do estoque de IDE na indústria se concentravam no setor dinâmico do novo paradigma tecnoeconômico. O setor de Fabricação de produtos alimentícios e bebidas concentrava no último censo mais de 1/4 do estoque de IDE do setor industrial, e 11% do estoque total de IDE em 2010.

Gráfico 10 – Brasil: Distribuição do Estoque de IDE por Atividade Econômica do Setor Industrial – 1995, 2000, 2005 e 2010 – em % Total Indústria



Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

O setor de Agricultura, pecuária e extrativa mineral, como apresentado na Tabela 8, se destacou no censo de 2010, com relação aos anteriores, uma vez que concentrava 16% do estoque total do investimento direto. A atividade de Extração de petróleo e gás natural concentrou mais da metade do estoque de IDE desse setor, o que representa um montante de US\$ 49,6 bilhões (53%), as atividades de Extração de minerais metálicos e Extração de minerais não metálicos concentraram 29,5% e 10% respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Essa evolução do setor primário nos últimos anos tem forte influência do novo ciclo das *commodities* iniciado no início dos anos 2000. Em 2002 o preço dos produtos primários começou a elevar-se, após ter chegado a níveis muito baixos na segunda metade da década de 1990. A princípio, o aumento de preços foi liderado pelas *commodities* agrícolas, devido aos choques de oferta por questões climáticas (CUNHA et al., 2011).

A partir de meados de 2004, quando os preços dos produtos agrícolas entraram em uma tendência a queda, outras modalidades de *commodities* mantiveram uma trajetória ascendente, como as metálicas e energéticas. Segundo Prates e Marçal (2008), o aumento de preço das *commodities* pode ser determinado pelas condições macroeconômicas globais e pelo “efeito-China”. Questões como a desvalorização do dólar perante o euro e ao iene resultaram na redução do preço das *commodities* para esses países, estimulando a demanda por esse produto, da mesma forma que a redução da taxa de juros. O “efeito-China” tem relação com o excepcional crescimento econômico chinês, sendo considerado como um dos principais determinantes do aumento de preços das *commodities* após 2002, resultando no aumento da demanda por matérias-primas agrícolas e metais utilizadas como insumo, ou o petróleo como fonte energética para a produção industrial nesse país (PRATES; MARÇAL, 2008) (CUNHA et al., 2011).

Assim, o resultado apresentado pelo setor da Agricultura, pecuária e extrativa mineral, com elevado estoque de investimentos diretos estrangeiros em 2010, tem relações estreitas com o aumento dos preços das *commodities* nessa década.

Já o setor de serviços teve resultados bastante significativos para o estoque de IDE, em especial até 2005, removendo alguns obstáculos à competitividade, principalmente nos setores de telecomunicação e eletricidade. Apesar disso, o aumento de competitividade proporcionada pelo IDE nos anos 1990, não resultou no incremento das exportações no mesmo nível que aumentou as importações.

O setor industrial, mesmo aumentando sua participação relativa no estoque de IDE a partir de 2005, não conseguiu impulsionar a Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação, desenvolvendo os setores dinâmicos do paradigma metalomecânico-químico. Desse modo, como colocado por Laplane e Sarti (2002, p.91), o processo de internacionalização brasileira resultou em uma “estrutura produtiva microeconomicamente mais eficiente, mas geradora de resultados macroeconômicos insatisfatórios”.

4.4 ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA

Com as políticas de liberalização econômica, colocadas em prática na década de 1990, a estrutura produtiva industrial brasileira entrou em um processo que Coutinho (1997) chama de “especialização regressiva”. O contexto de taxa de câmbio sobrevalorizada combinada com juros elevados fez com que o país conseguisse, no máximo, especialização competitiva nos complexos industriais que alcançaram maior dinamismo na década de 70. O complexo eletrônico, correspondente ao novo paradigma tecnoeconômico, não apresentou os avanços necessários para que o Brasil entrasse nessa nova onda de desenvolvimento tecnológico.

Para mostrar o atraso na industrialização brasileira, Carneiro (2008) compara o grau de industrialização de alguns países periféricos latino-americanos e asiáticos.

Tabela 9 – Países selecionados: Participação da Indústria de Transformação no PIB – em %

Países	1986	1990	1995	2000	2005	2010
Argentina	27	27	18	18	23	18
Brasil	34	26	18	17	18	16
Chile	19	20	18	19	18	12
China	35	33	34	32	33	32
Índia	16	17	18	16	16	15
Indonésia	17	21	24	28	28	25
Coréia.	29	27	28	29	28	31
Malásia	19	24	26	33	31	25
México	25	21	21	20	18	17
Tailândia	24	27	30	34	35	26

Fonte: Carneiro (2008, p.21) e World Bank - World Development Indicators. Elaborado pela autora.

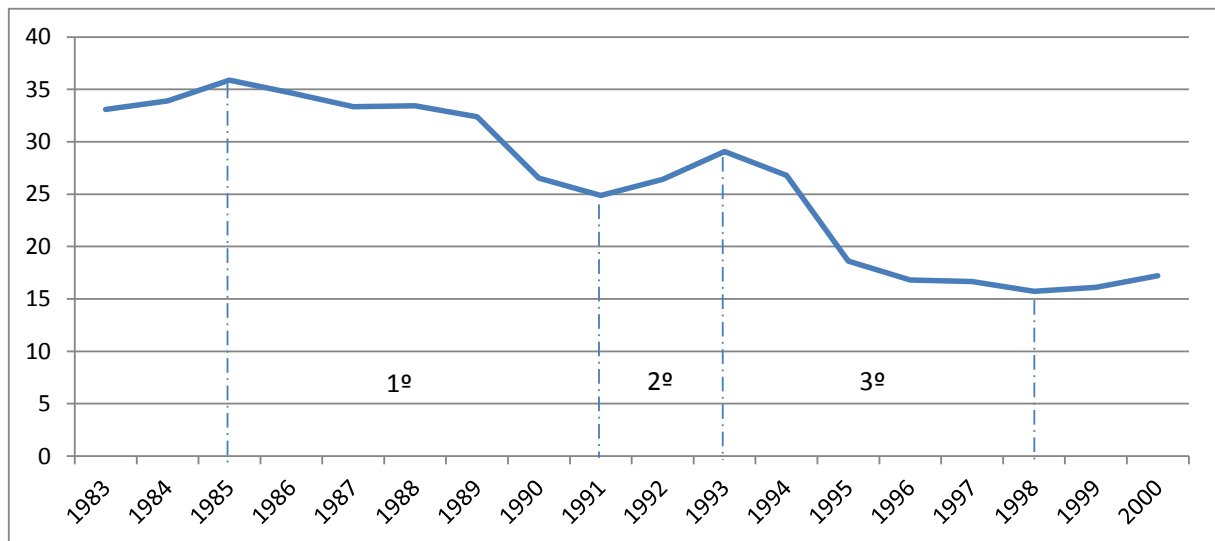
Como pode ser observado na Tabela 9, entre 1986 e 2010, os países da América Latina, reduziram a participação da indústria de transformação no PIB, o Brasil apresentou a maior queda na participação, saindo de 34% em 1986 e chegando a 16% em 2010 e o Chile manteve a participação em torno de 19% entre 1986 e 2005, caindo para 12% em 2010. Já com relação aos países asiáticos, a China conseguiu manter elevada a participação da indústria de transformação no PIB, tendo, dentre os países selecionados, a maior participação média anual para o período (33,4%), seguida pela Tailândia (30%) e pela Coreia do Sul (28,2%).

Uma importante constatação é que os países asiáticos começaram com taxas de participação na indústria de transformação menores em 1986 e foram evoluindo com o tempo,

ao contrário dos países da América Latina que começaram com alto valor de transformação industrial e foram reduzindo, com destaque para o caso brasileiro.

Para explicar a perda de dinamismo da industrialização brasileira entre 1985 e 1998, Carneiro (2008) divide o período em três partes principais (Gráfico 11). A primeira parte refere-se ao período entre 1985-91, relacionado à estagnação da indústria com a desorganização da produção sob o efeito do processo hiperinflacionário e com a valorização da moeda nacional. A segunda parte corresponde a curta recuperação no período 1991-93, quando o grau de industrialização aumentou, causada, segundo Carneiro (2008), pelo cenário com taxas menores de inflação. A terceira parte da divisão se concentra no período 1994-98, onde aparece a maior queda no grau de industrialização, sendo causada pelo processo de abertura somado, novamente, com a forte apreciação da moeda nacional.

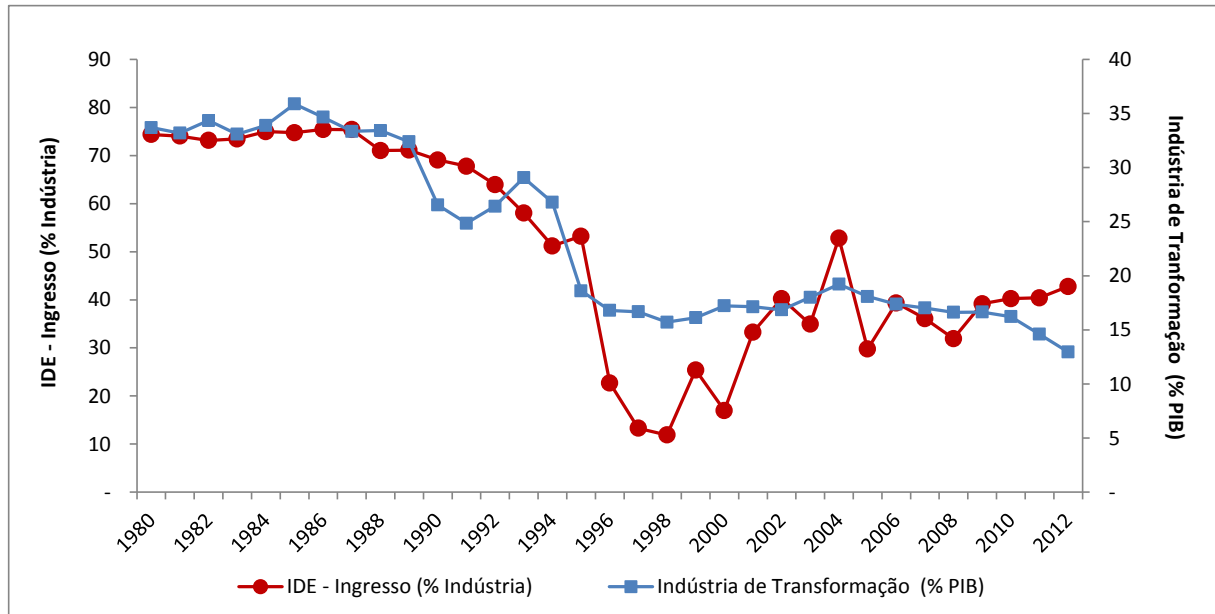
Gráfico 11 – Brasil: Indústria de Transformação – em % PIB



Fonte: IBGE – Sistemas de Contas Nacionais. Elaboração da autora.

A relação entre o percentual dos fluxos de IDE destinados ao setor industrial e a participação da indústria de transformação no PIB, no período 1980-2012, pode ser visualizada no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Brasil: Relação entre o Ingresso de IDE na Indústria e a Participação da Indústria de Transformação no PIB – em %



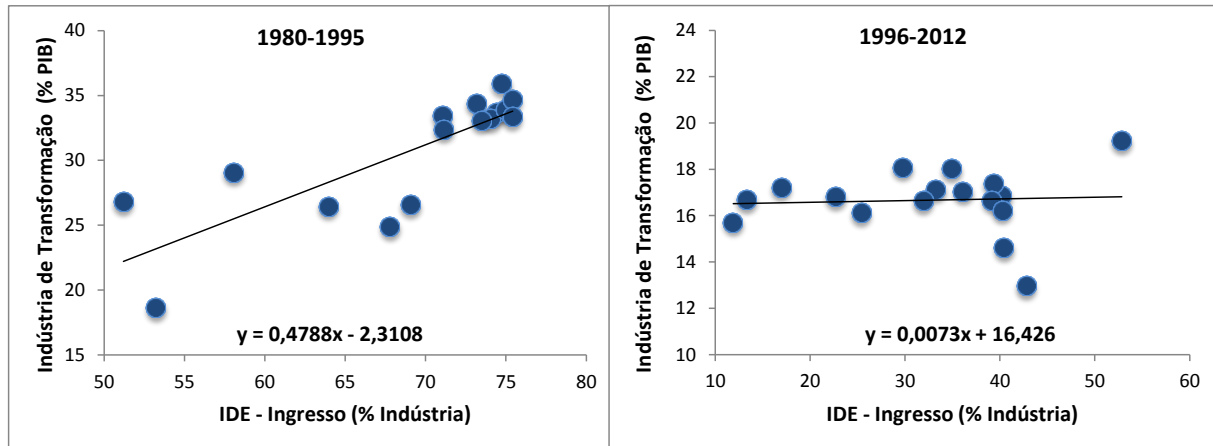
Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

Até meados da década de 1990, o ingresso de IDE guardava um vínculo estreito com a indústria de transformação, de forma que conseguia internalizar setores industriais dinâmicos. Todavia, a partir da segunda metade da década de 1990, o ingresso de IDE se caracterizou principalmente no processo F&A, reduzindo a parcela de investimento direto destinada à indústria. Desde então, o investimento direto estrangeiro na indústria, mesmo retomando o crescimento, não reproduz o mesmo impacto produtivo na indústria de transformação que tinha até a década de 1980.

Se dividir a série de dados entre 1980-1995 e 1996-2012 e plotar estes valores em gráficos de dispersão, podemos ver nitidamente a mudança entre os dois períodos, como apresentado no Gráfico 13.

No primeiro período a relação entre o ingresso de IDE na indústria e a participação da indústria de transformação no PIB é mais forte, apresentando um coeficiente de correlação igual a 0,81 (ver Anexo A), no segundo período a relação fica próxima de zero (coeficiente de correlação igual a 0,06 – Anexo A). Assim pode-se considerar que os investimentos diretos direcionados para a indústria, a partir de 1996, não foram tão influentes como nos anos anteriores.

Gráfico 13 – Brasil: Ingresso de IDE na Indústria Vs. Participação da Indústria de Transformação no PIB (1980-1995) e (1996-2012)



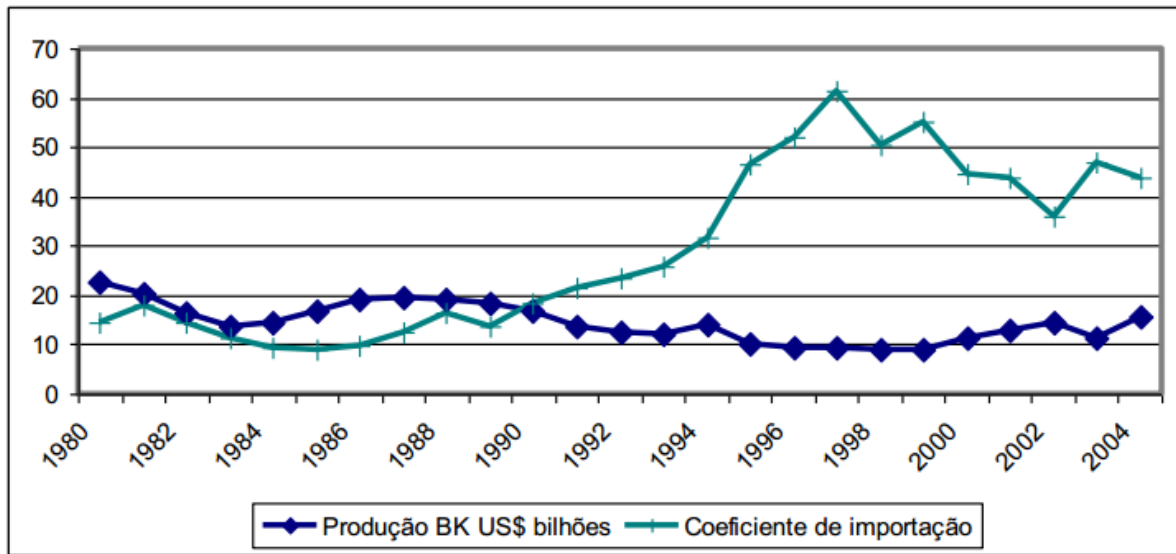
Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

Carneiro (2008) considera como uma das principais causas para a perda de dinamismo do setor industrial, o caráter de política econômica liberal utilizada no Brasil após 1990. Nessa mesma linha, Coutinho (1997) argumenta que o programa de estabilização econômica resultou no aumento das importações para o setor da indústria de transformação e, conseqüentemente, na redução da participação desse setor no PIB. De forma que, os setores com maior coeficiente de penetração das importações (importação sobre a produção), que são resultado da forte substituição de insumos locais por importados, foram aprofundando no processo de desindustrialização, com fechamento de linhas de produção e fábricas inteiras.

A desnacionalização da indústria, apresentada na seção anterior, se deu principalmente nesses setores financeiramente mais frágeis - eletrodomésticos, autopeças, alimentos, higiene e limpeza. Nas palavras de Coutinho (1997, p.91), “é, portanto, inegável o forte viés antiprodução no país (e pró-importação) da política econômica decorrente do programa de estabilização”.

O Gráfico 14 apresenta o aumento do coeficiente de importação e produção de bens de capital nacional. O coeficiente de importação dá um salto a partir de 1994, ultrapassando 60% em 1997, isto é, as importações correspondiam a 60% do que era produzido no Brasil. Por outro lado, a produção de bens de capital passou a patamares inferiores aos alcançados na década de 1980.

Gráfico 14 – Brasil: Coeficiente de Importação e produção da Indústria de Bens de Capital (1980-2004) – em %



Fonte: Arend (2009, p.202)

Apenas os segmentos de *commodities* com baixo valor agregado, elevada escala de produção e intensivas em recursos naturais, mantiveram forte participação na indústria de transformação, caracterizando uma especialização na indústria brasileira na produção de produtos primários, ao passo que os setores importantes para o novo paradigma tecnoeconômico microeletrônico mantiveram o mesmo espaço que tinham antes, completamente reduzidos. “Nesse sentido, pode-se precisamente classificar o período pós-estabilização como uma etapa de *especialização regressiva* do ponto de vista industrial” (COUTINHO, 1997, p.105, grifo do autor).

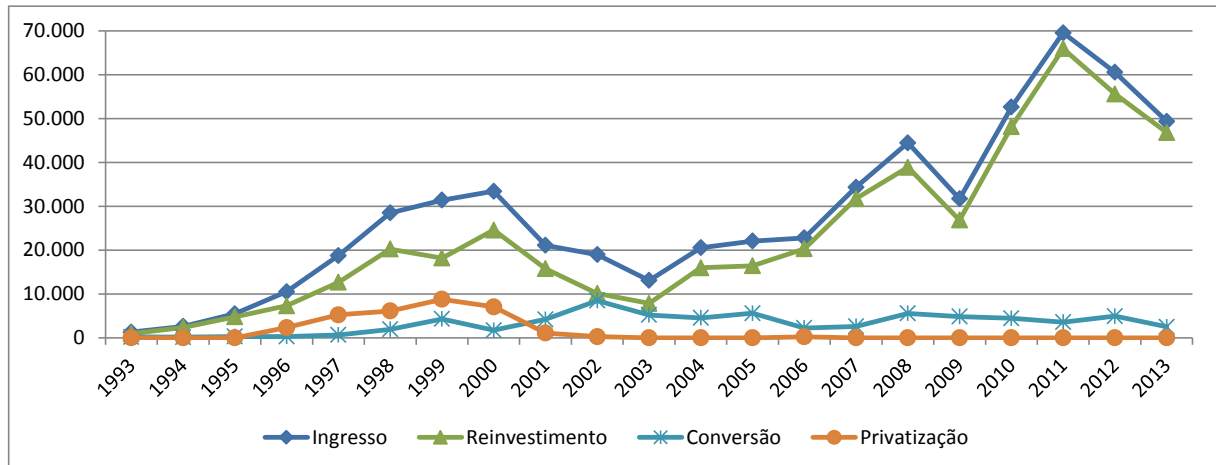
4.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Como colocado ao longo desse capítulo, os setores dinâmicos do paradigma microeletrônico não se difundiram para o Brasil na forma de IDE como aconteceu com o paradigma metalomecânico-químico. O investimento direto estrangeiro, a partir dos anos 1990, não proporcionou substituição de importações, assim como não impulsionou a indústria de transformação, pelo contrário, como pôde ser visto, o coeficiente de importação aumentou e a participação da indústria de transformação no PIB entrou em uma tendência decrescente.

A partir do início dos anos 2000 o ingresso de IDE se expandiu de forma extraordinária (Gráfico 15), no entanto, esse ingresso se deu predominantemente na forma de reinvestimentos das receitas geradas pelas filiais estrangeiras, ou seja, os investimentos

estrangeiros estão se intensificando cada vez mais nos mesmos setores, e como já colocado, estes setores estão longe de pertencer ao paradigma tecnoeconômico da microeletrônica. Os setores de serviços de telecomunicações e de intermediações financeiras foram os principais destinos do IDE nos últimos anos analisados.

Gráfico 15 – Brasil: Formas de Entrada de IDE (1993-2013) – em Milhões de US\$



Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

Pode-se considerar que a economia brasileira entrou em um processo de desindustrialização após os anos 1980, não só pelo fato de a participação da indústria de transformação no PIB ter chegado ao menor patamar da história pós-Segunda Guerra Mundial, mas também porque, mesmo com o retorno do crescimento de investimento direto estrangeiro para o setor industrial na última década, essa participação da indústria de transformação no PIB, não esboçou sequer um sinal de que voltaria a ter crescimento positivo.

Portanto, ao analisar o desenvolvimento industrial pela ótica do investimento direto estrangeiro, o Brasil estaria se afastando, cada vez mais, da possibilidade de emparelhamento tecnológico com os países desenvolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar como se deu a participação do investimento direto estrangeiro no desenvolvimento da indústria nacional. As sínteses conclusivas do terceiro e do quarto capítulo já adiantaram as principais conclusões. Sendo assim, se faz nesse momento uma síntese dos principais pontos abordados ao longo deste trabalho, para, então, compor as considerações finais.

Após a Segunda Guerra Mundial, o controle sobre as importações e exportações passou a ser uma importante ferramenta para as políticas de desenvolvimento econômico nos países periféricos. A criação da SUMOC em 1945, centralizando as decisões com relação à política cambial brasileira, possibilitou que o sistema de industrialização por substituição de importações ganhasse força, permitindo, assim, a produção interna de bens que antes só eram acessíveis por meio de importação. A partir disso, o Segundo Governo Vargas (1951-1954) lançou-se em uma estratégia de desenvolvimento econômico autônomo, com investimentos públicos em setores estratégicos da indústria.

No entanto, não teve sucesso no estabelecimento de meios de investimentos que o deixasse menos subordinado ao capital estrangeiro, mantendo fortes relações com os Estados Unidos, de onde saía o maior montante de financiamento para a indústria brasileira. Como concluído por Bastos (2011), o projeto econômico de Vargas não fracassou por ser incoerente com o contexto ao qual estava inserido, mas por não dispor de controle autônomo dos meios de financiamento utilizados, estando sujeito às decisões estrangeiras que não se mostraram estar de acordo com o projeto nacional-desenvolvimentista proposto.

A falta de bases técnicas e de acumulação financeira impossibilitava a rápida implantação de um núcleo industrial de bens de produção. Para Mello (1975), esses fatos caracterizavam a “industrialização restringida”, que só veio a ser substituída por uma “industrialização pesada” no período entre 1955-1961, correspondente ao Governo JK, quando as bases de acumulação capitalista brasileira são definidas pelo tripé – grande empresa estrangeira, empresa privada nacional e empresa estatal.

O Governo de Juscelino Kubitschek levou ao extremo a adesão ao capital estrangeiro como forma de financiamento de seu plano de desenvolvimento, o Plano de Metas. A Instrução 113 da SUMOC foi o principal recurso utilizado para a entrada de investimento direto estrangeiro, que teve com destino fundamental o setor industrial. O setor automobilístico foi responsável por auferir 38,1% do IDE que ingressou via Instrução 113. No

início da década de 1960, o Brasil apresentava uma estrutura produtiva pareada com o paradigma metalomecânico-químico.

Mas esse aparente Estado “todo-poderoso”, como sugere Goldenstein (1994), só foi possível pelo momento de farta liquidez na esfera internacional, pois, assim como o Governo Vargas, o Governo JK não conseguiu uma base de acumulação própria para que pudesse manter seu financiamento, recorrendo ao capital externo e criando essa “força” da qual nunca possuiu.

Essa opção de financiamento alcançou o objetivo de desenvolvimento industrial, baseado em um processo de profunda deterioração dos principais indicadores econômicos nacionais, com tendência crescente da inflação e da dívida externa. Os governos seguintes tentaram, sem sucesso, superar essa situação, com estratégias fundamentadas no desenvolvimento autônomo, mas a dependência ao capital estrangeiro já fazia parte do desenvolvimento nacional.

O Regime Militar foi marcado pelo retorno do capital estrangeiro, principalmente vindo dos bancos europeus, na forma de empréstimos com taxas de juros baixíssimas, isso porque o mundo passava por uma vasta liquidez, característica do fim de uma onda de desenvolvimento econômico. Entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, o Brasil conseguiu elevadas taxas de crescimento econômico e chegou, por um breve período, a reduzir a taxa de inflação. Mas esse milagre econômico não resistiu ao aumento da taxa de juros da dívida, contraída com os bancos europeus, após dois choques do petróleo (1973 e 1980). Dessa forma, na década de 1980, a economia brasileira ficou estagnada.

Nesse contexto, as teses estagnacionista e dependentista voltaram ao debate. No entanto, como colocado por Goldenstein (1994, p. 165), não havia razão para tanto pessimismo ou tanto otimismo, pois “a história já mostrou que a possibilidade de um processo de industrialização não é uma fantasia catastrófica nem uma figura retórica”.

O novo padrão de conexão internacional, com o estabelecimento do paradigma microeletrônico na década de 1980, proporcionou a volta do capital estrangeiro para o Brasil. No entanto, os fluxos de investimento direto mundial passaram a tomar rumos diferentes dos apresentados até os anos 1970. Os países desenvolvidos entraram na rota do IDE, buscando internalizar o novo setor dinâmico tecnoeconômico, enquanto a China se tornou o maior polo atrativo de IDE dentre as economias em desenvolvimento, acompanhada por outros países da Ásia em desenvolvimento.

Os fluxos de IDE para o Brasil foram intensificados na segunda metade de 1990 – Governo FHC – quando se estabeleceu uma estratégia de internacionalização produtiva no

país. Contudo, esses fluxos de IDE não proporcionaram condições para a indústria retomar o crescimento que vinha apresentando até a estagnação na década anterior. Isso porque o ingresso de IDE, após 1990, privilegiou os setores de serviços em detrimento da indústria, ou mesmo, quando os investimentos se direcionaram para o setor industrial, foram para as mesmas atividades econômicas do paradigma metalomecânico-químico, já estabelecido no Plano de Metas – setor automobilístico, produtos químicos, máquinas e equipamentos. Ao passo que os setores dinâmicos do paradigma microeletrônico não apresentaram sinais de internalização.

As expectativas com relação à internacionalização na década de 1990, de que as empresas estrangeiras aumentariam o coeficiente de exportação, não se confirmaram. O resultado foi o aumento considerável das importações de insumos e componentes de maior valor agregado dos países onde se localizavam as sedes das empresas. Enquanto a produção nacional de maior valor agregado era exportada para países latino-americanos, tão instáveis quanto o Brasil, as exportações destinadas aos países centrais se referiam a *commodities* intensivas em recursos naturais, determinando o caráter regressivo da especialização de produção nacional, o que se agravou com o aumento do preço das *commodities*, logo no início dos anos 2000.

Assim, fica nítida a dependência da indústria nacional ao capital estrangeiro, de forma que, a partir de 1980, quando reduziu-se o IDE para esse setor, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro caiu para patamares inferiores ao apresentado em 1950. Desde então, não há perspectivas de que volte a apresentar crescimento.

Isso porque durante todo o período de emparelhamento industrial anterior a 1980, não houve preocupação com investimento em capital humano. A tecnologia era internalizada independentemente do conhecimento necessário para desenvolvê-la e aperfeiçoá-la nacionalmente. Sendo assim, quando emergiu um novo paradigma tecnoeconômico, não existia, no Brasil, capital humano capacitado para desenvolvê-lo, contribuindo para o direcionamento do capital estrangeiro para os setores menos dependentes de elevado grau de conhecimento tecnológico.

O grande sucesso da China como principal polo receptor dos aportes de IDE, entre os países em desenvolvimento, se explica por esse país ter como um dos principais condicionantes do rápido desenvolvimento industrial, o forte investimento em P&D. Fica, portanto, evidente que o determinante da internacionalização do capital está mais relacionado à concorrência tecnológica, pois os países que se mostraram mais aptos a desenvolver com

maior eficiência os setores do paradigma da microeletrônica se transformaram nos principais destinos desse capital.

A indústria funciona como uma bússola para o desenvolvimento econômico de um país, uma nação industrializada é mais forte economicamente. Então o debate referente à importância do desenvolvimento econômico precisa ser retomado, do mesmo modo, a relação entre o investimento direto estrangeiro e o desenvolvimento industrial merece aprofundamento. O termo “em desenvolvimento” não deve ser considerado como um fim em si mesmo, e sim, um estágio que antecede o “desenvolvido”, mas um país com indústria atrasada não consegue realizar esse emparelhamento com as economias desenvolvidas. Então, ainda há muito a ser feito para retomar o crescimento sustentado do setor industrial, uma das bases para o desenvolvimento econômico, e o investimento direto estrangeiro, se usado da forma correta, poderá ser o grande impulsor desse desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AREND, Marcelo. **50 Anos de Industrialização do Brasil (1955-2005):** Uma Análise Evolucionária. 251 f. Tese - Doutorado em Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. **Agenda Desenvolvimentista e sua Inserção Global:** A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. IPEA, jan. 2013.

AREND, Marcelo; FONSECA, Pedro C. D.. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 32(1), p. 33-54, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais de Economia e Finanças.** Sistema gerenciador de series temporais (SGS) – v2.1 – Módulo Público. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>> . Acesso em: outubro, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Qual era o projeto econômico varguista?. **Estudos Econômicos.** v.41 n.2 São Paulo, Apr./June 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. **Texto para Discussão**, 157 EESP/FGV. 2006.

_____. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.3-24, abr. 1991.

_____. Chutando a Escada. **Folha de S.Paulo.** São Paulo, 04 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1430>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BUCKLEY, Peter; CASSON, Mark. **The future of the multinational enterprise.** London: Mac Millan, 1976.

_____. The optimal timing of a foreign direct investment. **Economic Journal**, v. 91, March 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Crescimento Econômico com Poupança Externa?, **Revista de Economia Política**, v. 23, n.2, abril-junho 2003

CAMPOS, Fábio Antonio de. Instrução 113 da SUMOC e a Internacionalização do Capitalismo Brasileiro, 09/2013, **X Congresso Brasileiro de História Econômica**, v. 10, pp.1-27, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2013

CANTWELL, John. A survey of theories of international production. In: Pitelis, C.; Sugden, R., **The nature of the transnational firm.** London: Routledge, 2000.

CAPUTO, Ana Claudia. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro e o Investimento Direto Estrangeiro:** Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC – 1955/1963. 2007. 114 f. Dissertação - Mestrado em Economia, Departamento de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CARNEIRO, Ricardo. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 153, nov. 2008.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. UNESP (FEU), 2002.

COSTA, Maria Roselane. **Capital Estrangeiro e Desenvolvimento Econômico: cinco etapas do investimento direto estrangeiro no Brasil**. Dissertação – Mestrado em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Brasil: Desafios de um País em Transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. 81-106.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.121-144, ago. 1995.

CUNHA, André Moreira et al. A intensidade tecnológica das exportações brasileira no ciclo recente de alta nos preços das commodities. *Indic. Econ. Fee, Porto Alegre*, v. 39, n. 3, p.47-70, Não é um mês valido! 2011.

CURADO, Marcelo; CRUZ, Marcio J. V.. Investimento Direto Externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, n.2 Ago. 2012.

_____. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea** v.12 n.3 Rio de Janeiro Set./Dez. 2008.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E ESTUDOS ECONÔMICOS (São Paulo). FIESP; CIESP. **Panorama da Indústria de Transformação Brasileira**. 3. ed. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2014/03/panorama-da-industria_3a-edicao.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.

DUNNING, John. **Multinational enterprise and the global economy**. Wokinghan: Addison-Wesley, 1993.

FIGUEIREDO FILHO, João Sidney de. **Política Monetária, Cambial e Bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da Sumoc**. 2005. 201 f. Dissertação - Mestrado em Economia, Departamento de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2005.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. 5. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2011.

HYMER, Stephen H.. **The international operations of national firms: a study of direct foreign investment**. 1976. PhD Dissertation, MIT, Publicada por MIT Press.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEADATA. **Dados macroeconômicos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: outubro, 2014.

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira; as Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**. 1999, vol.13, n.35, pp. 199-215.

MARINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.7, p.115-129, mar. 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unicamp, Campinas, 1975.

MORAES, Orozimbo José de. **Investimento Direto Estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Aduaneriras, 2003.

NONNENBERG, Marcelo José Braga; MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p.631-655, out-dez. 2005.

OHLIN, Bertil. **Comércio interregional e internacional**. Barcelona: Oikos, 1971.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Cebrap/Vozes, 1972.

PACHECO, Carlos Américo. Uma comparação entre a agenda de inovação da China e do Brasil. **Instituto de Estudos Para O Desenvolvimento Industrial**. Nov. 2011.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, p.393-454, 2004.

PESSOA, Eneuton; MARTINS, Marcilene. Revisando a Teoria do Ciclo do Produto. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.307-329, maio-ago 2007.

PRATES, Daniela; MARÇAL, Emerson Fernandes. O Papel do Ciclo de Preços das Commodities no Desempenho Recente das Exportações Brasileiras. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 26, n. 49, p.163-191, mar. 2008.

PREBISCH, Raúl. Estudo econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de Pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. Cap. 2. p. 69-136.

_____. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de Pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000b. Cap. 2. p. 451-488.

RECEITA FEDERAL. **O Investimento Direto Estrangeiro**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/IDE/IDEBrasilCuba/ide.htm>>. Acesso em: 22 out. 2014.

RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. **Investimento direto estrangeiro e empresas transnacionais no Brasil**: reflexões de pensadores da CEPAL (perspectiva histórica do pós-guerra ao início do século XXI). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, Unicamp, Campinas, 2006.

SAWAYA, Rubens R.. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 64, p.327-334, 2008.

SILVA, Suely Braga da. **O Brasil de JK**: 50 anos em 5: o Plano de Metas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 27 set. 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição et al. O Plano de Metas e o papel do BNDE. **Memórias do Desenvolvimento**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p.45-87, nov. 2010.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Textos para Discussão**. Instituto de Economia /UFRJ . v. 006, Rio de Janeiro, 2012

THE WORLD BANK. **World Development Indicators**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>>. Acesso em: outubro, 2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTADSTAT. **Data Center**: Foreign Direct Investment. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: outubro, 2014.

VAN DER LAAN, Cesar Rodrigues; CUNHA, André Moreira; FONSACA, Pedro Cezar Dutra. Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 4, p.597-614, out. 2012.

APÊNDICE

[APÊNDICE A – Cálculo do coeficiente de correlação entre o ingresso de IDE na indústria e a participação da indústria de transformação no PIB]

Tabela A-1 – Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB e o Ingresso de IDE na Indústria (1980-2012) – em %

Ano	(Y) Indústria de Transformação (% PIB)	(X) IDE – Ingresso (% Indústria)	Ano	(Y) Indústria de Transformação (% PIB)	(X) IDE – Ingresso (% Indústria)
1980	33,702	74,402	1996	16,796	22,699
1981	33,188	74,058	1997	16,669	13,301
1982	34,351	73,165	1998	15,716	11,888
1983	33,089	73,466	1999	16,119	25,397
1984	33,904	74,973	2000	17,221	16,971
1985	35,881	74,741	2001	17,132	33,272
1986	34,662	75,419	2002	16,853	40,234
1987	33,346	75,411	2003	18,017	34,924
1988	33,424	71,041	2004	19,218	52,838
1989	32,388	71,135	2005	18,092	29,751
1990	26,544	69,084	2006	17,370	39,331
1991	24,861	67,797	2007	17,030	36,096
1992	26,427	63,968	2008	16,627	31,930
1993	29,061	58,051	2009	16,650	39,169
1994	26,790	51,204	2010	16,225	40,254
1995	18,616	53,222	2011	14,598	40,406
			2012	12,953	42,777

Fonte: Banco Central do Brasil (2014). Elaborado pela autora.

Para calcular o coeficiente de correlação entre o ingresso de IDE na indústria e a participação da indústria de transformação no PIB, foi utilizada a seguinte equação.

Equação A – 1: Cálculo do coeficiente de correlação

$$r = \frac{\sum x_i y_i}{\sqrt{(\sum x_i^2)(\sum y_i^2)}} = \frac{n \sum X_i Y_i - (\sum X_i)(\sum Y_i)}{\sqrt{[n \sum X_i^2 - (\sum X_i)^2][n \sum Y_i^2 - (\sum Y_i)^2]}}$$

Fonte: GUJARATI (2011, p.98).

RESULTADOS

1980-2012: r = 0,89

1980-1995: r = 0,81

1996-2012: r = 0,06